

PALÁCIO BARRIGA-VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO LVII

FLORIANÓPOLIS, 30 DE AGOSTO DE 2007

NÚMERO 5.773

16ª Legislatura
1ª Sessão Legislativa

MESA

Julio Cesar Garcia

PRESIDENTE

Clésio Salvaro

1º VICE-PRESIDENTE

Ana Paula Lima

2º VICE-PRESIDENTE

Rogério Mendonça

1º SECRETÁRIO

Valmir Comin

2º SECRETÁRIO

Dagomar Carneiro

3º SECRETÁRIO

Antônio Aguiar

4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO

João Henrique Blasi

PARTIDOS POLÍTICOS

(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA

Líder: Kennedy Nunes

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**

Líder: Manoel Mota

DEMOCRATAS

Líder: Gelson Merísio

PARTIDO DOS TRABALHADORES

Líder: Padre Pedro Baldissera

**PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA**

Líder: Marcos Vieira

**PARTIDO TRABALHISTA
BRASILEIRO**

Líder: Narcizo Parisotto

**PARTIDO REPUBLICANO
BRASILEIRO**

Líder: Odete de Jesus

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA

Líder: Professor Grandó

**PARTIDO DEMOCRÁTICO
TRABALHISTA**

Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO
E JUSTIÇA**

Romildo Titon - Presidente

Marcos Vieira - Vice Presidente

Darci de Matos

Cesar Souza Júnior.

Pedro Uczai

Pe. Pedro Baldissera

Narcizo Parisotto

Joares Ponticelli

João Henrique Blasi

Terças-feiras, às 9:00 horas

**COMISSÃO DE TRANSPORTES E
DESENVOLVIMENTO URBANO**

Reno Caramori - Presidente

Décio Góes - Vice Presidente

Sargento Amauri Soares

Serafim Venzon

Manoel Mota

Renato Hinnig

Onofre Santo Agostini

Terças-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA**

Jailson Lima da Silva - Presidente

Odete de Jesus - Vice Presidente

Darci de Matos

Herneus de Nadal

Jandir Bellini

Jorginho Mello

Genésio Goulart

Quartas-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE AGRICULTURA,
E POLÍTICA RURAL**

Moacir Sopelsa - Presidente

Reno Caramori - Vice Presidente

Sargento Amauri Soares

Dirceu Dresch

Marcos Vieira

Gelson Merísio

Romildo Titon

Quartas-feiras, às 18:00 horas

**COMISSÃO DE TRABALHO,
ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO
PÚBLICO**

Onofre Santo Agostini - Presidente

Joares Ponticelli - Vice Presidente

Dirceu Dresch

José Natal Pereira

Renato Hinnig

João Henrique Blasi

Professor Grandó

Terças-feiras, às 11:00 horas

**COMISSÃO DE FINANÇAS E
TRIBUTAÇÃO**

Jorginho Mello - Presidente

Gelson Merísio - Vice Presidente

Décio Góes

José Natal Pereira

Jandir Bellini

Manoel Mota

Renato Hinnig

Odete de Jesus

Silvio Dreveck

Quartas-feiras, às 09:00 horas

**COMISSÃO DE SEGURANÇA
PÚBLICA**

Dirceu Dresch - Presidente

Sargento Amauri Soares - Vice Presidente

Cesar Souza Júnior

Edson Piriquito

Herneus de Nadal

Kennedy Nunes

Nilson Gonçalves

Quartas-feiras às 11:00 horas

**COMISSÃO DE ECONOMIA,
CIÊNCIA, TECNOLOGIA E
MINAS E ENERGIA**

Silvio Dreveck - Presidente

Renato Hinnig - Vice Presidente

Ada de Luca

Elizeu Mattos

Marcos Vieira

Pedro Uczai

Professor Grandó

Quartas-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE TURISMO E
MEIO AMBIENTE**

Décio Góes - Presidente

José Natal Pereira - Vice Presidente

Cesar Souza Júnior

Edson Piriquito

Renato Hinnig

Reno Caramori

Professor Grandó

Quartas-feiras, às 13:00 horas

COMISSÃO DE SAÚDE

Genésio Goulart - Presidente

Jailson Lima da Silva - Vice Presidente

Edson Piriquito

Gelson Merísio

Kennedy Nunes

Serafim Venzon

Odete de Jesus

Terças-feiras, às 11:00 horas

**COMISSÃO DE DIREITOS E
GARANTIAS FUNDAMENTAIS,
DE AMPARO À FAMÍLIA E À
MULHER**

Ada de Luca - Presidente

Pedro Uczai - Vice Presidente

Genésio Goulart

Kennedy Nunes

Elizeu Mattos

Serafim Venzon

Odete de Jesus

Quartas-feiras às 10:00 horas

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E DESPORTO**

Darci de Matos - Presidente

Pedro Uczai - Vice Presidente

Ada de Luca

Manoel Mota

Jorginho Mello

Professor Grandó

Silvio Dreveck

Quartas-feiras às 08:00 horas

**COMISSÃO DE RELACIONAMENTO
INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO,
RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO
MERCOSUL**

Nilson Gonçalves - Presidente

Narcizo Parisotto - Vice Presidente

Ada de Luca

Jandir Bellini

Elizeu Mattos

Moacir Sopelsa

Jailson Lima da Silva

Terças-Feiras, às 18:00 horas

**COMISSÃO DE ÉTICA E
DECORO PARLAMENTAR**

Odete de Jesus - Presidente

Kennedy Nunes - Vice Presidente

Jailson Lima da Silva

Moacir Sopelsa

Joares Ponticelli

Nilson Gonçalves

Onofre Santo Agostini

Romildo Titon

João Henrique Blasi

**DIRETORIA
LEGISLATIVA**

Coordenadoria de Publicação:
responsável pela digitação e/ou
revisão dos Atos da Mesa Diretora e
Publicações Diversas, diagramação,
editoração, montagem e distribuição.
Coordenador: Eder de Quadra
Salgado

Coordenadoria de Taquigrafia:
responsável pela digitação e revisão
das Atas das Sessões.
Coordenadora: Lenita Wendhausen
Cavallazzi

**Coordenadoria de Divulgação e
Serviços Gráficos:**
responsável pela impressão.
Coordenador: Claudir José Martins

**DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA
EXPEDIENTE**

Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves
Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC
CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500
Internet: www.alesc.sc.gov.br

IMPRESSÃO PRÓPRIA
ANO XII - NÚMERO 1789
1ª EDIÇÃO - 110 EXEMPLARES
EDIÇÃO DE HOJE: 24 PÁGINAS

ÍNDICE**Plenário**

Ata da 065ª Sessão Ordinária da
16ª realizada em 29/08/2007.....2

Atos da Mesa

Atos da Mesa18

Publicações Diversas

Ata de Comissão Permanente.....
.....20
Extratos20
Ofício.....21
Projetos de Lei.....21
Redações Finais.....23

PLENÁRIO

ATA DA 065ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 29 DE AGOSTO DE 2007 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Cesar Souza Júnior - Clésio Salvaro - Darci de Matos - Décio Góes - Dirceu Dresch - Edson Piriquito - Elizeu Mattos - Gelson Merísio - Genésio Goulart - Herneus de Nadal - Jailson Lima - Jandir Bellini - João Henrique Blasi - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - José Natal - Julio Garcia - Kennedy Nunes - Marcos Vieira - Nilson Gonçalves - Odete de Jesus - Onofre Santo Agostini - Pedro Uczai - Professor Grando - Reno Caramori - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck.

SUMÁRIO**Breves Comunicações**

DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sugere o aproveitamento, na informatização de escolas públicas, de máquinas caça-níqueis apreendidas.

DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Comenta sua audiência com o ministro dos Transportes; manifesta satisfação pela posse de Leodegar Tiscoski no ministério das Cidades.

DEPUTADO GELSON MERÍSIO (aparte) - Assucio-se às manifestações do deputado Onofre Santo Agostini com relação à importância das obras e também ao bom atendimento do deputado Nelson Goetten, em Brasília.

DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Registra os 40 anos da CooperAlfa.

DEPUTADO PEDRO UCZAI (aparte) - Congratula-se com o deputado Herneus de Nadal pelo registro que faz.

Partidos Políticos

DEPUTADO PEDRO UCZAI - Fala sobre projetos de infra-estrutura do governo Lula.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Comemora filiação em massa no PP de Balneário Camboriú de 45 componentes do diretório do PTB.

DEPUTADO EDSON PIRIQUITO (pela ordem) - Registra a presença do vereador Fábio Flor e sua comitiva; critica forma de se manifestar do deputado Joares Ponticelli.

DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR - Reporta-se aos 50 anos do Grupo RBS.

DEPUTADO DARCI MATOS (aparte) - Congratula-se com o deputado Cesar Souza Júnior pela referência ao Grupo RBS.

DEPUTADO GELSON MERÍSIO (aparte) - Congratula-se com o deputado Cesar Souza Júnior pela referência ao Grupo RBS.

DEPUTADA ODETE DE JESUS - Cumprimenta o Grupo RBS; manifesta satisfação pelo piso salarial profissional nacional para a Educação.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Tenta acalmar o impasse entre os deputados Joares Ponticelli e Edson Piriquito; registra a credibilidade do deputado Edson Piriquito em Balneário Camboriú; registra a filiação do vereador Jamico, de Joinville, ao PSDB.

DEPUTADA ADA DE LUCA - Chama as mulheres para participarem do processo político.

DEPUTADO GENÉSIO GOULART - Pede apoio de deputados petistas para dois projetos da região sul que estão em Brasília e para o projeto do aeroporto de Jaguaruna; agradece o governo pela atenção à região da Amurel.

DEPUTADO DÉCIO GÓES (aparte) - Registra o aceite do ministério da Saúde ao projeto da Oncorrede de Santa Catarina; sugere audiência pública na Comissão de Transportes.

Ordem do Dia

DEPUTADO NILSON GONÇALVES (pela ordem) - Manifesta apoio ao PL 0102/2007, de autoria do deputado Kennedy Nunes, e ao PL 0111/2007, de autoria do deputado Gelson Merísio; discute requerimento de sua autoria acerca da relatoria do deputado Joares Ponticelli ao PL 0189/2007.

DEPUTADO RENO CARAMORI - Discute indicação de sua autoria relacionada ao plantio de girassol.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES (aparte) - Manifesta apoio ao deputado Reno Caramori com relação à matéria em pauta.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Registra a presença de alunos do Projeto Educação para a Cidadania - Construindo um Novo Olhar.

Explicação Pessoal

DEPUTADO SILVIO DREVECK - Condena ações administrativas; registra que a UBV não tem conhecimento sobre o destino dos R\$ 100 mil.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Destaca a erva-mate.

DEPUTADO RENO CARAMORI (aparte) - Congratula-se com o deputado Antônio Aguiar pelo assunto que aborda; apela para que não adicionem açúcar à erva-mate.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Manifesta contrariedade a manifestações que não sejam pertinentes a Santa Catarina; discute a questão financeira do estado e o modelo de arrecadação que está implantado no país; reporta-se ao Super Simples.

DEPUTADO JOSÉ NATAL - Volta a mencionar sua posição com relação à CPMF; registra que estranha a posição do deputado Joares Ponticelli com relação ao PL 0150/2007.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Diz que a sociedade precisa de informações corretas por parte do governo do estado; registra o lançamento do Plano Safra.

DEPUTADO DÉCIO GÓES - Reporta-se à questão da CPMF e ao art. 170.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (aparte) - Cumprimenta o deputado Décio Góes pelo assunto que aborda.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH (aparte) - Cumprimenta o deputado Décio Góes pelo assunto que aborda.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (pela ordem) - Esclarece acerca do seu parecer a PL 0150/2007.

DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Refere-se ao art. 170 e ao SUS.

DEPUTADO PROFESSOR GRANDO - Manifesta inconformismo com a ausência de SC entre os estados que receberão recursos do PAC da Segurança.

DEPUTADO DÉCIO GÓES (aparte) - Explica por que Santa Catarina não receberá recursos do PAC da Segurança.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES (aparte) - Cumprimenta o deputado Professor Grando pela manifestação que faz.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

(São lidas e aprovadas as atas.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

O primeiro orador inscrito é o deputado Serafim Venzon, que na forma do Regimento Interno tem a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, deputado Julio Garcia, srs. deputados, sras. deputadas, gostaria de saudar todos os nossos telespectadores, bem como todos os ouvintes da Rádio AleSc Digital.

Aproveitando a presença aqui de deputados de várias legislaturas, como o deputado Onofre Santo Agostini, bem como a presença do presidente, deputado Julio Garcia, e demais deputados, quero comentar uma indicação que fiz, na semana passada, com relação ao nosso sistema de comunicação. E ontem ainda estive com a dra. Lúcia Helena Vieira, diretora de Comunicação Social, buscando viabilizar a nossa intenção.

Na verdade, grande parte dos 293 municípios de Santa Catarina tem o seu sistema de comunicação e de divulgação das suas atividades. Mas para um grande número dos municípios menores a comunicação fica restrita totalmente ao seu município, pois não existe outro meio a não ser a forma escrita.

Então, propus a esta Casa que a Rádio AleSc Digital e a TVAL passassem a ser um instrumento também para a divulgação das suas atividades, especialmente de algumas inovações que tenham dado certo nesse ou naquele município. Poderíamos destinar um tempo de cinco minutos ou de dez minutos para cada prefeitura, para o prefeito ou para a Câmara, ou para o secretário, para divulgar as coisas que deram certo não só para o seu município as como em todo o estado de Santa Catarina. A AleSc possui um sistema muito bom de comunicação, e deveríamos oportunizar isso também para as nossas prefeituras, especialmente para as prefeituras que têm restrição, que não têm rádio ou jornal local para divulgar as suas atividades.

Em segundo lugar, sr. presidente, ontem, acompanhei uma comitiva da Unisul a uma audiência com o deputado Ronaldo Benedet, que como parlamentar passou pelo crivo das urnas. E s.exa. tem-se empenhado para aproveitar todas as ocasiões, todas as oportunidades, para melhorar as ações de segurança, para reaproveitar todas as forças que tem. Vejam, por exemplo, o esforço que está fazendo para integrar o serviço da Polícia Civil e da Polícia Militar, diante da deficiência que temos dentro da Segurança, para aproveitar todas as forças e dirigi-las bem, para que o povo tenha efetivamente um serviço de segurança melhor.

Na semana passada e na retrasada acompanhamos a disponibilidade da Unisul de aproveitar máquinas caça-níqueis apreendidas na contravenção para serem transformadas em computadores úteis para a inclusão digital. E na audiência de ontem estava justamente presente, faço questão de citar, o professor Walter Schmidt, o professor Juarez Bento da Silva e o professor Suenoni Paladini, da Unisul. E a intenção era justamente apresentar o que eles encontraram nessas máquinas caça-níqueis. Por exemplo, um grande número delas estava programado para ganhar numa determinada hora e sob um determinado código adjuvante, de tal maneira que todos aqueles que lá estavam para jogar, na ânsia, na expectativa de ganhar, nunca ganhavam. Só ganhavam aqueles que além de estar digitando os números normais que o jogo orientasse citasse também algum outro código numa determinada hora, para permitir a coincidência e ganhar o jogo.

Na verdade, quem estava ganhando não era o cidadão comum, mas, sim, algum sócio do crime ou algum sócio do jogo, que depois repartia o dinheiro que deveria ser pago ao ganhador. Então, mostraram nessa audiência todas as formas de ludibriar a expectativa daquele que iria jogar nas máquinas caça-níqueis e o quanto é fácil, e o quanto seria útil, transformar essas máquinas em laboratórios de informática para as nossas escolas.

Só no estado temos 1.324 escolas. E, certamente, nos municípios, nas escolas municipais, temos pelo menos um número igual ou mais. E existem umas três mil máquinas apreendidas. Inclusive, o professor da Unisul nos disse que cada 15 ou 16 computadores apreendidos dariam para fazer um laboratório para ser implantado nas escolas, de preferência públicas, de acordo com a determinação do secretário da Segurança ou de acordo com a determinação do governador. Um grande número das nossas escolas não tem computador, não tem laboratório de informática, e a maioria desses computadores usados nos jogos de contravenção já tem o *software* para se interligar, através da internet, com o resto do mundo. Portanto, essa iniciativa precisa ser implantada, inclusive já foi iniciativa nacional. Só que temos que a tornar prática.

Cada um de nós que tem computador sabe que a cada três anos ou quatro anos temos que trocar as nossas máquinas. Inclusive, os técnicos que nos atendem dizem que o nosso computador não roda mais o sistema, que está ultrapassado, enfim, existe um jogo comercial fazendo com que sejamos obrigados a trocar de computador a cada três anos ou quatro anos. Por outro lado, parece vergonhoso pegarmos o computador que temos e doar para alguém da esquina ou para alguém que não conhecemos bem. Pode ser até que aquela pessoa fique constrangida por ganhar um computador usado que não serve mais para a outra pessoa. Então, qual é a grande sugestão? É que a Polícia Civil e a Militar sejam um ponto de entrega, nos 293 municípios, sejam um ponto de recepção desses computadores usados. E eles seriam transformados ou adequados para serem usados como laboratório de informática nas escolas. Isso poderia ser feito, por exemplo, nas nossas cadeias públicas, onde os presos seriam treinados para fazer essa adequação. E eles se sentiriam valorizados e estariam fazendo uma atividade extremamente útil, porque ao saírem de lá teriam uma profissão, e o fruto do trabalho deles poderia ser transformado em laboratório para ser utilizado nas nossas escolas.

Essa idéia basta apenas ser implantada, inclusive já tem o apoio do secretário Ronaldo Benedet. E tenho certeza de que com a boa vontade das pessoas em destinar o seu computador usado para a Polícia Civil e Polícia Militar e com a colaboração do governo poderemos colocar laboratórios em todas...

(Discurso interrompido pelo término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia)

- Esta Presidência registra com satisfação a visita dos alunos do 2º e 3º ano do 2º grau do Instituto Estadual de Educação e registra também a visita dos alunos da Escola de Educação Básica Irmã Maria Teresa, da 3ª série do 2º grau, do município de Palhoça, que visitam a Assembléia Legislativa, sob a responsabilidade do professor Manoel Inácio Martins Filho. Também registramos a visita dos alunos da Escola de Educação Básica Governador Ivo Silveira, de Palhoça, da 1ª, 2ª e 3ª séries do 2º grau, sob a supervisão do professor Haroldo.

Sejam todos bem-vindos à Assembléia Legislativa!

O SR. DEPUTADO JANDIR BELLINI - Peça a palavra, pela ordem, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Jandir Bellini.

O SR. DEPUTADO JANDIR BELLINI - Sr. presidente, gostaria de registrar a presença nesta Casa do vereador Cleyton Batschauer e de seu chefe de gabinete.

O Cleyton Batschauer é um político muito atuante na Câmara de Vereadores de Itajaí e foi candidato a deputado federal pelo PDT nas últimas eleições.

Boas-vindas!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra o próximo orador inscrito, sr. deputado Onofre Santo Agostini, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Sr. presidente, ilustres sras. deputadas e srs. deputados, gostaria também de cumprimentar a imprensa, os visitantes e os nossos queridos funcionários que cobrem estes trabalhos.

Sr. presidente, estou aqui para registrar, deputado Gelson Merísio, que na semana passada esteve na capital brasileira, Brasília, tentando uma audiência com o sr. ministro dos Transportes, para levar dois pleitos: um para a minha região, para a perimetral que ligaria a BR-470 à SC-257, e outro pleito para

a região que v.exa., juntamente com outros deputados, muito bem representa, para a continuidade da ligação Cunha Porã/Maravilha/Paraná, uma BR muito importante, onde faltam apenas 18 quilômetros para concluir a ligação entre Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, pela região que v.exa. tão bem conhece.

Quero aqui, de forma bem clara e pública, agradecer o deputado federal Nelson Goetten, porque, atendendo a uma solicitação deste deputado, prontamente tentou agendar uma audiência com o ministro Alfredo Nascimento. E fomos recebidos. O ministro abriu uma exceção para que pudéssemos levar os dois pleitos, deputado Gelson Merísio, àquele ministério, através da concessão de uma audiência, mostrando a importância das duas obras. E o ministro determinou que o DNIT apresentasse imediatamente a conclusão do projeto, para que se tomem as devidas providências. Sensibilizamos o sr. ministro para a importância dessa obra, deputado Gelson Merísio, porque Santa Catarina e principalmente a região do oeste e do extremo oeste precisam da conclusão dessa obra.

O Sr. Deputado Gelson Merísio - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Ouço v.exa. com muito prazer.

O Sr. Deputado Gelson Merísio - Muito obrigado, deputado Onofre Santo Agostini. Quero apenas registrar e confirmar o interesse de v.exa. nos problemas da nossa região. V.Exa. sempre foi muito bem votado na região oeste e continuará sendo tantas vezes quantas for candidato.

Também registro o trabalho que o deputado Nelson Goetten tem feito em Brasília, independentemente não ser mais do nosso partido e de estar em outra agremiação partidária. S.Exa. continua sendo um amigo competente no encaminhamento das questões, das causas de Santa Catarina, na capital federal.

Por isso, associo-me ao seu registro nos dois casos, na importância das obras que v.exa. foi buscar em Brasília e também no bom atendimento que nos é dispensado pelo deputado Nelson Goetten quando vamos lá.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Infelizmente, naquela oportunidade v.exa. não pode ir junto porque tinha outros compromissos, mas nós fizemos esse contato e fomos bem recebidos.

Acredito, srs. deputados, que, se Deus quiser, até o final deste ano deverão ter início pelo menos as tratativas das licitações, principalmente as licitações dos projetos técnicos, pois s.exa., o sr. ministro, determinou ao DNIT que providenciasse urgentemente a realização da perimetral, deputada Ada De Luca.

Já levamos o projeto, já está pronto, e queremos aqui, por uma questão de justiça, fazer referência ao ex-governador Esperidião Amin, que na oportunidade mandou fazer o projeto. Trata-se de um projeto que custou, na época, R\$ 600 mil, que liga a BR-470 à BR-258, fazendo a ligação dos municípios de Frei Rogério, Curitibaanos e Lebon Régis. Sua Excelência, o atual governador, determinou a conclusão da estrada que liga Curitibaanos a Frei Rogério, que será inaugurada agora, no dia 8 de setembro, e nós participaremos das festividades, nos dias 8 e 9, com a presença do consúl-geral e do embaixador do Japão.

V.Exa. sabe que temos uma das maiores colônias japonesas em nossa região: por isso, o consúl-geral do Japão e o embaixador estarão participando da inauguração, pois era um pleito deles, inclusive, lutaram pela realização da obra que liga Curitibaanos a Frei Rogério e, posteriormente, Frei Rogério ao município de Fraiburgo.

Houve a colaboração de Esperidião Amin, deputado Reno Caramori, de secretários, de vários secretários, mas quero fazer justiça ao governador Luiz Henrique da Silveira, que teve a coragem de incluir essa rodovia no BID IV e, graças a Deus, está concluída, faltando apenas o término da ponte, que em mais 15 dias também será terminada. Trata-se de uma ponte na qual se adotou um sistema muito moderno, um sistema de vigas. Inclusive, engenheiros de várias empresas de construção do Brasil foram aprender como se realiza essa nova técnica de engenharia para construir essas pontes modernas de grande extensão. Essa ponte corta o rio Corrientes, é uma obra de muita importância que dentro de poucos dias, se Deus quiser, estará também concluída e inaugurada.

Fiz questão de fazer esse registro porque é uma questão de justiça com o ilustre deputado Nelson Goetten, que saiu do nosso partido por razões de ordem pessoal, mas contra quem não temos nada. É claro que ficamos tristes quando perdemos um companheiro, mas perdemos um companheiro partidário, não perdemos um amigo, que continua lutando para defender os interesses da nossa região. Por isso, fiz questão de vir aqui para que fique devidamente registrada a sua atuação. Podemos até discordar em alguma coisa, mas faço o registro e faço-o de uma forma pública, para que fique nos anais da Casa o nosso reconhecimento ao trabalho do deputado Nelson Goetten.

Agora, o que me impressionou, deputada Ada De Luca, foi a simpatia do ministro Alfredo Nascimento. Inclusive, encontramos com o deputado Sílvio Dreveck no aeroporto e no mesmo avião. Lá em Brasília, ele foi à solenidade de posse de outro catarinense, o ex-deputado Leodegar Tiscoski, que assumiu uma função muito importante no ministério das Cidades.

Eu não pude ir à posse de Leodegar Tiscoski porque a minha audiência com o ministro Alfredo Nascimento era às 10h e, como era também o dia do movimento das mulheres, estava muito tumultuado. Para ir do ministério dos Transportes ao Congresso Nacional levei duas horas. E quando cheguei à posse do ex-deputado Leodegar Tiscoski ela já tinha sido concluída, mas sei que o deputado Sílvio Dreveck representou-nos muito bem, e Santa Catarina, sem dúvida nenhuma, ganha muito com a presença do ex-deputado Leodegar Tiscoski no ministério das Cidades. É um catarinense que conhece bem o assunto e tenho certeza de que vai fazer um grande trabalho em favor do Brasil e, de modo especial, de Santa Catarina.

Faço esse registro desejando ao nosso amigo Leodegar Tiscoski, que durante muito tempo honrou o Parlamento catarinense e o Congresso Nacional, muito sucesso. Que s.exa. faça daquele ministério um grande palanque para desenvolver todo o sistema viário. Ele é um profundo conhecedor, deputado Reno Caramori, e todos nós conhecemos o ex-deputado Leodegar Tiscoski não só como engenheiro, como deputado, mas como cidadão catarinense.

Ficam aqui, desta tribuna, os nossos agradecimentos e o desejo de sucesso ao dr. Leodegar Tiscoski.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Quero registrar a presença do vice-prefeito de Correia Pinto, Casimiro de Liz, e dos vereadores José Carlos Vargas Mariano e Hélio de Jesus Madruga, que estão visitando este Parlamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra o sr. deputado Herneus de Nadal, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, o oeste de Santa Catarina é considerado o berço do cooperativismo nacional. Santa Catarina é a cepa dessa importante atividade socioeconômica. Em Santa Catarina o cooperativismo atua de uma forma exemplar, e quando uma das cooperativas mais destacadas e atuantes, tanto no meio rural como também nos centros urbanos, completa 40 anos de existência, tendo como seu idealizador o notável cooperativista Auri Bodanese, é necessário, é imperativo, que aqui, desta tribuna, se faça o registro da importância desse segmento na atividade econômica, no crescimento, no desenvolvimento e também no trabalho social importante gerado no desenvolvimento do estado.

São mais de R\$ 700 milhões de faturamento anual e mais de 15 mil associados! Logo, são números impressionantes em uma região onde as adversidades, as dificuldades para produzir são notórias. No entanto, o espírito do associativismo, do cooperativismo, permite-nos alcançar marcas importantes.

O atual presidente, sr. Mário Lanznaster, que tem a contribuição importante do vice-presidente, sr. Romeo Bet, e de todo o quadro de associados, com certeza tem consigo a grande responsabilidade de manter milhares de famílias vinculadas à terra, ao ambiente onde trabalham, onde produzem, onde vivem, onde moram. Tem também, através desse instrumento, que é regulador das relações comerciais de compra e venda da matéria-prima produzida no meio rural, que é transformada e industrializada através das agroindústrias, a função, por meio dos acionistas, que são os próprios produtores, agricultores, de ser responsável por milhares de empregos nas nossas cidades. São trabalhadores na área administrativa, outros na própria indústria de transformação de derivados lácteos, de proteínas animais das mais diversas áreas e esferas, na área vegetal, na área de grãos, imbuídos do mesmo propósito e do mesmo espírito.

Através do espírito empreendedor de tantos e tantos líderes desse setor importante, em algumas décadas alcançamos posições destacadas não só no ranking de indicadores sociais de desenvolvimento, de emprego e renda, de recolhimento de tributos em mais de R\$ 50 milhões por ano, mas também em tecnologia, no campo industrial, pois conseguimos abastecer mercados do mundo inteiro com os produtos que levam a marca das nossas cooperativas singulares, a exemplo da CooperAlfa, que o ex-prefeito e colega deputado Pedro Uczai conhece tão bem, que é associada à Cooperativa Central Aurora, que tão longe leva o nome das nossas cidades, mas leva muito longe também a capacidade do nosso produtor. Até porque a França está celebrando um termo de cooperação com o sistema cooperativo do nosso estado, para que possamos receber mais tecnologia e oferecer-lhe mais manejo com os plantéis que as nossas cooperativas mantêm associados com os nossos produtores.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Antes que o tempo acabe, e não posso deixar acontecer isso pela consideração e pelo apreço que tenho por v.exa., concederei um aparte para que possa fazer a sua manifestação.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Deputado Herneus de Nadal, quero cumprimentá-lo por esse reconhecimento a um empreendimento que é a experiência de uma cooperativa que tem 40 anos, cuja história se mistura não só com a história de Chapecó e do oeste, mas com a do sul do país, para não dizer com a do Brasil, e que cada vez mais se desafia para conseguir uma relação internacional. Por isso, 40 anos de história se misturam também com a história dos agricultores, das famílias dos agricultores que, em cooperação, construíram esse processo econômico-social.

Parabéns a v. exa. por trazer a essa tribuna a história, a memória e a construção de um empreendimento coletivo, de uma experiência coletiva que é a CooperAlfa.

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - É uma história, deputado, de sucesso, uma história exitosa, de muito trabalho, de muita dedicação, para que nós pudéssemos alcançar os indicadores que nos contemplam nos dias de hoje.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - O próximo orador inscrito é o deputado Silvio Dreveck, que pode falar agora, durante cinco minutos, porque vamos adentrar ao horário dos Partidos Políticos, ou fala depois, no horário do seu partido.

(O deputado decide falar no horário dos Partidos Políticos.)

Com a decisão do deputado Silvio Dreveck, passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o deputado Pedro Uczai, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sr. presidente e srs. deputados, ocupo este horário do Partido dos Trabalhadores, em primeiro lugar, para falar sobre projetos de infra-estrutura neste país, da importância que o governo Lula está dando para várias áreas, e uma delas é a área energética, para sustentar o processo de crescimento econômico e desenvolvimento social do Brasil.

O Plano de Aceleração do Crescimento tem como eixo central não só as rodovias, mas também um outro que é a produção de energia. E a produção de energia é necessária, fundamental e estratégica para o desenvolvimento e a sustentabilidade de um crescimento numa média de 5% ou 6% ao ano. Por isso, o presidente Lula vem investindo nessas áreas e buscando também alternativas aos grandes complexos hidrelétricos, incentivando, por exemplo, a construção de pequenas hidrelétricas e alternativas como a energia solar, através da Eletrosul, que vem desenvolvendo uma pesquisa junto com pesquisadores da PUC, de Porto Alegre, como também alternativas como a energia eólica e da biomassa ou outras formas de produção energética.

Porém, não podemos deixar de levantar as preocupações, que nos acompanham há 20 anos, das grandes hidrelétricas que vão sendo produzidas na bacia do rio Uruguai. Algumas delas têm posição clara da nossa base social, que são os atingidos diretamente pelas barragens, como os agricultores e os pescadores, que começam a se manifestar em relação a essas obras.

E aqui trago duas grandes manifestações. Nós precisamos de energia para o desenvolvimento do país, mas não podemos aceitar que esse desenvolvimento seja à custa da expropriação de dezenas ou milhares de famílias sem serem atendidas nos seus direitos.

E vivo agora a experiência da Foz do Chapecó. Na segunda-feira passada, pela manhã, em torno de 500 agricultores atingidos ocuparam a proximidade do canteiro de obras, contrapondo-se à continuidade dessa obra antes de haver negociação e garantia dos direitos dos agricultores.

Lamentavelmente, o Consórcio Foz do Chapecó não apresenta um plano de reassentamento, sequer comprou um metro de terra para os agricultores. Serão, deputado Reno Caramori, 3.500 famílias atingidas. E os agricultores querem, para este ano, uma área para 700 famílias serem reassentadas e para 1.500 famílias no ano que vem. E o Consórcio Foz do Chapecó não apresentou um palmo de terra para reassentar as famílias. Inclusive, as reivindicações de 72 famílias do canteiro de obras não foram atendidas ainda! Já existem duas mil pessoas trabalhando na obra e ainda não foram atendidas as indenizações de 72 famílias! Foi-lhes negado o direito porque tem lá o princípio da classificação de 2002. Ou seja, em 2002, essas famílias tinham filhos menoridade que agora são de maioridade. De 2002 a 2007, famílias saíram e entraram arrendatários, meeiros, pescadores, etc. E não configuram o direito a 72 famílias no canteiro. Então, imaginem o que serão das 3.300 famílias acima do canteiro de obras, se eles não garantem nem o direito dos diretamente atingidos que estão no canteiro! Por isso, os agricultores atingidos ocuparam a frente das obras de Foz do Chapecó.

Hoje estão ocorrendo reuniões com a empresa, e queremos que o governo, através do ministério das Minas e Energia, receba os atingidos pela barragem em audiência, mesmo que seja uma empresa e o consórcio privado, porque o governo federal tem responsabilidade de garantir o direito dos atingidos.

Eu acompanho as barragens da bacia do rio Uruguai desde a década de 80, o meu curso de mestrado foi sobre o projeto energético na bacia do rio Uruguai, a minha pesquisa de doutorado foi sobre o projeto energético na bacia do rio Uruguai. Portanto, é lamentável eu ter que vir aqui, nesta tribuna, e dizer que o governo federal, através do ministério das Minas e Energia, tem que receber o movimento dos atingidos por barragem, que o consórcio tem que atender a um plano ambiental e social de desenvolvimento da região, porque toda a energia que será produzida no Foz do Chapecó não será precisa para a região, ela irá para São Paulo e para o sudeste. E é preciso que não se deixe lá os atingidos expropriados, sem esperança e sem futuro.

Outro movimento - e daí é numa outra direção das barragens - é em Itapiranga. Lá os agricultores atingidos, numa reunião que estava organizada, planejada, entre a prefeitura e a empresa que vai fazer o estudo de viabilidade do Complexo de Itapiranga, receberam uma surpresa. E os agricultores, com os seus tratores, mobilizaram-se e ocuparam as dependências da prefeitura, fizeram reunião e colocaram em xeque a continuidade dos estudos, fazendo com que os próprios representantes da empresa assinassem o documento da não-continuidade dos estudos: porque Itapiranga não quer a hidrelétrica; porque os agricultores não querem a hidrelétrica; porque os prefeitos não querem a hidrelétrica; porque os vice-prefeitos não querem a hidrelétrica; porque os vereadores não querem a hidrelétrica na região de Itapiranga!

O custo econômico, social e ambiental daquela obra é inimaginável, e o coletivo mostrou como a reação dos agricultores e dos atingidos pode produzir resistência. E essa resistência tem que garantir o direito da continuidade da produção socioeconômica.

Os agricultores da região de Coronel Freitas estão fazendo um estudo extraordinário do quanto rende por mês nas regiões que teoricamente seriam atingidas por pequenas barragens ou médias barragens na região da Foz do Chapecó e do Chapecozinho a produção de leite, milho, suínos, aves e de outros produtos agrícolas. E vai-se perceber que, nas regiões que têm alta densidade econômica e produtiva, o *royalty*, o retorno para o município, para as comunidades que vão ser invadidas pela água, é insignificante. É preciso pensar em alternativas. O Brasil é o segundo maior país com quantidade de sol do mundo. Aqui há vento, maré, sol! Devemos pensar em alternativas, como hidrelétricas de pequeno e médio porte...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o deputado Joares Ponticelli, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, catarinenses que prestigiam a nossa sessão na tarde de hoje, telespectadores que nos acompanham através da TVAL e ouvintes da Rádio AleSC Digital, inicialmente, nosso líder, deputado Kennedy Nunes, queremos manifestar a nossa alegria, na condição de deputado do Partido Progressista, na condição de presidente estadual do Partido Progressista, de receber a grande delegação de Balneário Camboriú, que participa da sessão na tarde de hoje.

Destaco aqui, pelo Partido Progressista, o nosso presidente José Anibal, com os demais companheiros do partido que aqui estão. E entre os integrantes do PTB quero saudar o nosso querido vereador Fábio Flor que, juntamente com um grande número de ex-integrantes do PTB, vem com muita alegria na tarde de hoje anunciar, deputado Silvio Dreveck, a filiação, o ingresso de todos ao nosso Partido Progressista.

Deputados Silvio Dreveck, Kennedy Nunes e Reno Caramori, numa decisão histórica e unânime do Partido Trabalhista Brasileiro de Balneário Camboriú todos os membros do diretório municipal, deputada Odete de Jesus, todos os 45 membros desembarcaram do PTB e estão ingressando no Partido Progressista Brasileiro. A unanimidade do diretório está ingressando no nosso partido, com o compromisso de que o Partido Progressista vai oferecer à população de Balneário Camboriú uma alternativa confiável, deputado Kennedy Nunes, uma alternativa de mudança, porque esse foi o recado que as urnas de Balneário Camboriú deram no ano passado! O povo de Balneário Camboriú disse "não" ao grande ajuntamento. O povo de Balneário Camboriú, de forma inteligente, enfrentou toda a estrutura da máquina municipal, da máquina estadual, dos candidatos do PMDB, PFL, PSDB e disse "não" a Luiz Henrique da Silveira e a Leonel Pavan. Os pequeninhos ganharam a eleição em Balneário Camboriú.

E é com esse objetivo que estamos, vereador Fábio Flor e presidente Anibal, iniciando, neste dia histórico, um projeto confiável para Balneário Camboriú. Como os integrantes do grande ajuntamento já perceberam que juntos o povo não quer votar neles, o governador Luiz Henrique deve ter dito: "Vamos-nos separar! Vamos fazer de conta que estamos brigando"! E aí inventam uma briga entre o deputado e o vice-governador, entre o prefeito do município vizinho com as lideranças atuais, mas, na verdade, todos estão juntos, todos têm um chefe! Lá quem é Pavan, é Luiz Henrique, e quem é Luiz Henrique, é Pavan. Todos têm um chefe!

O Sr. Deputado Edson Piriquito - V.Exa. me concede um aparte, deputado?

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Nós estamos oferecendo, meu vereador Fábio Flor e presidente Anibal, uma alternativa confiável para o povo de Balneário Camboriú, para aquele povo que disse "não" a Luiz Henrique e a Leonel Pavan na eleição do ano passado.

Vamos começar, a partir de agora, uma grande jornada. Não vai ser fácil! Sabemos o que vamos ter que enfrentar. Sabemos que eles se espalharam, fazendo de conta que brigam entre si para se proteger, para lá no final o que ganhar proteger os outros. Tanto é que o governador já disse que não vai subir no palanque de ninguém porque para ele tanto faz. Ganhando o que vem de Brusque, ganhando o que Pavan vai indicar, ganhando o deputado, qualquer um que ganhar protegerá os outros e ficará tudo bem para Luiz Henrique.

A nossa é a candidatura da mudança, é a candidatura que vai fazer frente a esse ajuntamento, é a candidatura que vai oferecer para o povo de Balneário Camboriú uma alternativa segura, nova, diferente, de mudança.

Por isso, vereador Fábio Flor, desejo boas-vindas aos novos companheiros, a todos do Partido Trabalhista Brasileiro, que sabem que lá tem um comandante, tem um chefe e que decidiram buscar abrigo num partido de segurança, com a segurança de que nós vamos ter candidato na cabeça de chapa e que aqueles eleitores que disseram "não" a Luiz Henrique e a Leonel Pavan no ano passado terão um candidato de confiança para votar, alguém que não tem compromisso nem com Luiz Henrique nem com Pavan. Porque, deputado Sílvio Dreveck, quem é Luiz Henrique, é Pavan; quem é Pavan, é Luiz Henrique. Eles estão juntos aqui. Fingem que brigam lá, mas aqui estão todos juntos.

Portanto, a partir de agora, o povo de Balneário Camboriú vai ter uma alternativa segura, confiável e de mudança, porque aquela comunidade espera e clama há muito tempo por mudança.

Para concluir, quero dizer que ontem não pude usar o espaço aqui no plenário, até porque fui cerceado. Eu estava inscrito, não fui chamado; eu me inscrevi novamente e aí os peemedebistas que aqui estavam articularam para derrubar a sessão. Fiz uma reclamação por escrito à Mesa e espero a manifestação.

Mas eu não poderia, deputado Kennedy Nunes, deixar de manifestar a minha solidariedade. V.Exa., ontem, foi novamente atingido. É muito perigoso quando a falta de argumentação política leva os ataques para o campo pessoal. Eu já sofri isso aqui por um deputado que tenta me apartear, que tentou insinuar coisas maldosas acerca de um episódio que ocorreu comigo tempos atrás. Mas eu não entro nisso. Não é o meu jogo.

Por isso, quero, deputado Kennedy Nunes, dizer que fui procurar informações acerca das tais ações imputadas a v.exa. E das duas ações que v.exa. responde, nas duas delas quem o acusou também é integrante. E na outra...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Edson Piriquito - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Edson Piriquito.

O SR. DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Sr. presidente, quero dar boas-vindas no Parlamento catarinense ao vereador Fábio Flor e a toda a sua comitiva, às pessoas que o acompanham. São pessoas de bem que conheço, oriundas da cidade que resido e moro há 40 anos e sei que, com certeza, merecem todo o nosso respeito. Elas realizam naquela cidade, na bela maravilha do Atlântico Sul, um grande trabalho político e com certeza trarão muita contribuição para a política catarinense.

Mas eu lamento, sr. presidente, com a sua permissão, o pronunciamento do deputado que me antecedeu, pela forma leviana, irresponsável, inconsequente e baixa com que ele usa a tribuna.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) (Faz soar a campainha) - Deputado Edson Piriquito, v.exa. está inscrito para falar no horário destinado ao PMDB. Peço a sua colaboração!

O SR. DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Encerro a minha fala, sr. presidente, até porque vou me pronunciar na sequência. E depois, no meu pronunciamento, trarei elementos sobre essa pessoa que pensa que domina o processo como um todo e que é o paladino da justiça.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - A mesa registra a presença das autoridades registradas por v.exa.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao DEM.

Com a palavra o deputado Cesar Souza Júnior, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, utilizo hoje o horário do meu partido na tribuna para fazer alusão aos 50 anos do grupo RBS, que serão comemorados na cidade de Porto Alegre, na próxima sexta-feira.

(Passa a ler.)

"Trata-se de um dos maiores grupos de comunicação do país, fundado pelo grande pioneiro Maurício Sirotsky Sobrinho, no ano de 1957. Rara união de comunicador e gestor de grande capacidade, esse homem ergueu do zero um conglomerado que hoje possui 18 emissoras de televisão abertas, duas emissoras locais de televisão, oito jornais diários, 26 emissoras de rádio, dois portais de internet, operação orientada para o agronegócio, editora, gravadora, empresa de logística, empresa de marketing para jovens e a fundação de responsabilidade social.

Ao iniciar suas operações em Santa Catarina, o grupo RBS estabeleceu um marco na comunicação catarinense. Pode-se dividir a história da comunicação do estado em antes e depois da chegada da RBS a Santa Catarina. A empresa, calcada nos valores de Maurício Sirotsky Sobrinho de trabalho árduo, independência da linha editorial, gestão competente e responsabilidade social, trouxe elevado grau de profissionalismo e isenção para o mercado de Santa Catarina.

Num país em que frequentemente os veículos de comunicação funcionavam à época como apêndices de partidos políticos e forças econômicas e sociais claramente definidas, o grupo RBS colaborou enormemente para a modernização da imprensa no país, porque sempre teve como foco o compromisso com o cidadão e com os valores democráticos da imprensa livre, soberana e responsável.

Muito se discorre sobre a importância da imprensa livre para o funcionamento da democracia, e no caso do grupo RBS a sua longevidade, pujança e credibilidade personificam décadas de firme comprometimento com as bases do livre direito de opinião e de informação. A esses valores soma-se a elaboração da notícia com extremo zelo, isenção e profissionalismo. Cumpre também ressaltar o caráter empresarial do grupo, pois foi a gestão moderna e capaz, inafastável em sua história, que garantiu expansão, modernização e sempre reforçou sua independência.

Hoje o grupo atua com destaque nas áreas de maior dinamismo tecnológico, como portais de internet e logística. A permanente inovação é característica das operações do grupo em todos os setores. Em que pese os milhares de empregos que gera direta e indiretamente e os tributos que paga, o grupo RBS, através da Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho, tem destacada ação de responsabilidade social. Em 17 anos foram investidos R\$ 20 milhões, apoiadas 1.600 instituições, 111.362 crianças e adolescentes atendidos.

Gostaria de parabenizar o grupo RBS, nas pessoas de Jaime e Pedro Sirotsky, por essa data tão marcante para o grupo e para Santa Catarina, que tem o orgulho de contar com a RBS e todos os demais veículos de comunicação do estado no seu papel de informar, promover e contribuir para o desenvolvimento econômico e humano do nosso estado."

O Sr. Deputado Darci de Matos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR - Pois não!

O Sr. Deputado Darci de Matos - Não poderia deixar de fazer menção às colocações de v.exa. no que diz respeito a essa instituição cinquentenária da televisão que com ousadia, com inteligência, com pragmatismo atua no campo da imprensa, que, mais do que isso, cumpre um forte papel social através da sua fundação.

Portanto, a sua menção elogiosa à RBS procede, é pertinente, pois o grupo tem cumprido um grande papel em Santa Catarina, no Rio Grande do Sul, no sul do Brasil, em todos os aspectos.

O Sr. Deputado Gelson Merísio - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR - Concedo um aparte ao meu líder.

O Sr. Deputado Gelson Merísio - Nobre deputado, o que são as instituições? São as pessoas que as dirigem, as pessoas que as compõem. E o grupo RBS é esse patrimônio catarinense e riograndense também pela grandeza dos seus diretores, Pedro e Sérgio Sirotsky, e de todos os seus colaboradores das agências regionais, das comarcas e dos municípios que chegam à direção da empresa.

Então, associe-me à sua homenagem não apenas à instituição, à empresa RBS, mas a todos os seus colaboradores e diretores.

O SR. DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR - Agradeço o aparte de v.exa.

Gostaria de destacar que o grupo RBS, juntamente com todos os grupos empresariais de rádio, televisão, jornal e internet, é fundamental para a manutenção da democracia, pelos empregos que gera, pelo caráter empresarial e, sobretudo, pela manutenção dos valores democráticos, pois não há democracia sem imprensa livre, sem direito de opinião. E as empresas socialmente responsáveis, que exercem um papel tão fundamental, têm, sim, que ser lembradas e ter o seu papel enaltecido.

Portanto, mais uma vez, a todos os funcionários e colaboradores deste grande grupo de comunicação que completará 50 anos, os nossos parabéns.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Ainda dentro do horário reservado aos partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao PRB.

Com a palavra a deputada Odete de Jesus, por até cinco minutos.

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Sr. presidente, demais integrantes da mesa, srs. deputados, sra. deputada, pessoas que nos assistem, imprensa falada, escrita e televisada, também quero me associar ao brilhante pronunciamento do nosso colega, deputado Cesar Souza Júnior, que se manifesta parabenizando uma emissora bem sucedida aqui, no nosso estado, através do grupo Sirotsky. Inclusive, sou autora do projeto de lei que concede a Medalha Maurício Sirotsky Sobrinho, aprovado pelos 40 parlamentares, pelo trabalho social que desenvolvem no estado do Rio Grande do Sul e em Santa Catarina. Sem sombra de dúvida, sabemos que o grupo RBS está tendo muito sucesso em nível de Brasil. E não podemos esconder isso. Também dei entrada a uma moção nesta Casa, que mais tarde, na Ordem do Dia, será apreciada por todos os parlamentares.

Meus parabéns ao grupo RBS!

Sr. presidente, venho à tribuna hoje para trazer uns esclarecimentos sobre o piso salarial profissional nacional, que já foi aprovado pelo Senado. E hoje ele seria, deputado Pedro Uczai, v.exa. que também é professor, apreciado na comissão de Educação, da Câmara Federal, mas por haver muitas emendas será apreciado em outra oportunidade, para depois ir à votação.

Estou recebendo muitos e-mails de professores e de Câmaras de Vereadores. Até quero agradecer por nos procurarem. Quando tiverem qualquer dúvida, podem nos procurar, pois estamos recebendo informações do gabinete da senadora Ideli Salvatti, que também é professora, nossa colega.

A proposta do governo federal é de um piso de R\$ 800,00 para o ensino médio e de R\$ 1.100,00 para o ensino superior, para 40 horas semanais. Mas existe uma nova proposta da Confederação Nacional dos Professores em Educação de R\$ 1.050,00 para o ensino médio, com 30 horas/aula, e de R\$ 1.575,00 para o ensino superior, no mesmo período.

Sabemos que não há mais dúvida de que esse valor passará, temos certeza! A proposta do nosso presidente da República é de R\$ 800,00, mas provavelmente o piso será acima desse valor. E não há dúvida também de que todos os municípios, os estados e a União serão obrigados, por causa da deflação desses salários, a implantar o plano de carreira, sonho de toda classe do magistério público. Certamente, então, teremos essa aprovação, que é o nosso sonho.

Quero dizer que temos como deputado federal catarinense o nosso amigo deputado João Matos e como suplente a deputada Angela Amin. Estamos enviando e-mails para todos esses deputados pertencentes à comissão de Educação e temos certeza de que teremos sucesso.

O meu gabinete está à disposição de todo o magistério do estado de Santa Catarina para qualquer informação. E voltarei com esse tema em Breves Comunicações, talvez, amanhã.

Muito obrigada, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o deputado Nilson Gonçalves, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente e srs. deputados, eu não estava aqui no plenário quando aconteceu aquele desentendimento entre o deputado Joares Ponticelli e o deputado Edson Piriquito, mas quero dizer que tenho pelos dois

deputados um grande apreço e um sentimento de amizade muito forte. O deputado Joares Ponticelli está comigo há muito tempo, praticamente entramos juntos nesta Casa; quanto ao deputado Edson Piriquito, aprendi a admirá-lo e tenho por s.exa. uma amizade muito forte. E esse laço se fortaleceu a partir do momento que passamos a trabalhar juntos nesta Casa. Mas não quero entrar no problema propriamente dito, apenas para efeito de esclarecimento, quero dizer que com relação ao município de Balneário Camboriú, lugar que considero a minha segunda casa em Santa Catarina, e estou constantemente lá, tenho e posso dar o testemunho de que esse rapaz, o Piriquito, tem uma credibilidade com aquela população que é qualquer coisa de especial.

Fico impressionado quando entro em qualquer restaurante, em qualquer lugar, porque na ponta da língua está o nome do deputado Piriquito como o grande candidato a prefeito das próximas eleições, que culturalmente é adversário do meu amigo Leonel Pavan. Acho que desde que estão na política encontram-se em terrenos opostos e sempre debatendo no campo das idéias, sem procurar ofender quem quer que seja.

Srs. deputados, assim está sendo e assim vai ser, porque o Piriquito que conheço não muda de galho; o Piriquito que conheço não dá revoadas de um lugar para outro, ele se mantém sempre no mesmo lugar. Tenho certeza absoluta de que o meu amigo Piriquito não vai alçar vôo para ir para o ninho tucano, porque não dá certo piriquito com tucano. Por isso, vai continuar no ninho dele e vai continuar tendo credibilidade do seu povo lá em Balneário Camboriú.

Só para efeito de esclarecimento, nunca ouvi falar, mas não tenho como imaginar o Piriquito abraçado com Leonel Pavan numa campanha em Balneário Camboriú. Tenho pelos dois a mais alta estima, mas sei que estarão em campos opostos no município de Balneário Camboriú.

Não vi a confusão toda aqui na Casa dos dois deputados, apenas fiquei sabendo, mas tenho um apreço muito grande pelo deputado Joares Ponticelli, meu amigo de longa data. Já tivemos oportunidade, inclusive, de viajar juntos. Mas não sei o que está acontecendo com o meu amigo Joares. Será que ele está com o fígado ruim? Está muito nervoso, o meu amigo Joares! Depois vou conversar com s.exa., deputado Edison Piriquito, porque s.exa. é gente muito boa! Vou conversar com s.exa. para tirar da sua cabeça essas idéias de que v.exa. estará ao lado do Leonel Pavan. Depois, vamos conversar e vamos nos entender, até porque temos coisas muito mais relevantes para tratar aqui nesta Casa do que essas pequenas intrigas.

Na verdade eu nem iria falar sobre isso, sr. Presidente. Eu iria, sim, tratar de um assunto da minha região. Só que acabei me envolvendo com essa conversa.

Quero dizer que na segunda-feira que passou estivemos no município de Araquari, participando de uma grande reunião com o vice-prefeito Paulino Sérgio Travasso, do nosso ninho tucano, com o presidente da Câmara de Vereadores, Clenilton Carlos Pereira, quando tivemos oportunidade de fazer a filiação de um ex-vereador do PMDB. Mas não o tomamos do PMDB, pois ele já estava fora do partido e veio para o ninho tucano, além de ser um vereador de quatro mandatos, que faz a diferença.

O clima lá está tão bom que na filiação do vereador Jamico quase que o prefeito faz um endosso na ficha errada. Inclusive, alertei dizendo que o prefeito era do DEM, que, portanto, não poderia assinar a ficha.

Acontece que o prefeito estava lá também, e o pessoal estava dando a ficha para o prefeito abonar a filiação do Jamico no PSDB. E tive que alertar os meus companheiros de lá.

Incrível, mas também estava, naquela filiação de segunda-feira, a candidata a deputada pelo PT, muito simpática, muito querida. E a nossa reunião de segunda-feira ficou muito interessante; foi uma reunião ecumênica, politicamente falando. Muito interessante!

Srs. deputados, quero dizer que estamos satisfeitos porque o município de Araquari conseguiu, através deste deputado, a afirmação do secretário da Educação, Paulo Bauer, de que teremos a construção de um ginásio na localidade de Rainha, naquela comunidade. Conseguimos também no governo o dinheiro necessário para colocar em ordem o PA 24 horas, de Araquari, eis que há muito tempo se fala naquilo, mas não sai do lugar. Arrumam, arrumam e depois de um tempo têm que fazer a reforma da reforma, mas funcionar, que é bom, não funciona. Se Deus quiser, haveremos de ver funcionando aquilo ainda este ano.

Tivemos também uma bela reunião, com centenas de pessoas, no município de Garuva, tratando de questões para o próximo ano. E senti também que ali, na nossa região, está batendo um sentimento cristão no coração daquelas pessoas, ou seja, brigavam muito, mas agora também estamos vendo a possibilidade de uma grande coligação e de uma grande vitória, se Deus quiser, no pleito do próximo ano.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos 19 minutos estão destinados ao PMDB.

Com a palavra, a sra. deputada Ada De Luca.

A SRA. DEPUTADA ADA DE LUCA (Passa a ler) -

"Sr. presidente, colegas parlamentares, público que nos assiste, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio AleSC Digital e de modo muito especial colegas deputadas Ana Paula Lima e Odete de Jesus, no último final de semana, em sua edição de domingo, o jornal *O Estado de São Paulo* apresentou uma excelente entrevista com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que demonstrou refinada sensibilidade ao abordar a participação feminina na política e a sua sucessão. Reconhecendo a crescente presença das mulheres em todos os níveis de tomadas de decisão, o Presidente admitiu, claramente, a possibilidade de apoiar uma mulher candidata à Presidência em 2010.

Lula disse que não pretende concorrer a um terceiro mandato, ainda que fossem forjadas alterações das regras eleitorais. E ao valorizar a presença da mulher na condução dos destinos da política, demonstrou que a bandeira da participação feminina é uma realidade cada vez mais consolidada.

A América já conta com o competente exemplo da administração de Michelle Bachelet no Chile. E poderá ter, em breve, Cristina Kirchner no comando da Argentina, bem como a senadora Hillary Clinton se credencia como forte candidata à Presidência da maior potência do planeta, os Estados Unidos. E exemplos entre as maiores potências podem se estender à Alemanha, com Angela Merkel.

O presidente Lula tem valorizado as mulheres em seu governo, guindando ao ministério Dilma Rousseff na Casa Civil, Marta Suplicy no Turismo e Marina Silva no Meio Ambiente, além de Matilde Ribeiro na secretaria Especial de Igualdade Social e Nilcéia Freire na secretaria Especial de Política para Mulheres.

Também, na liderança de governo no Senado esteve a representante catarinense Ideli Salvatti, e, para citar outros poderes, foi durante seu governo que uma mulher chegou pela primeira vez à Presidência do Supremo Tribunal Federal, a ministra Ellen Gracie, o que muito honra as mulheres de todo Brasil.

Então, é muito salutar ver o presidente da República admitir a possibilidade de o Brasil ter uma mulher como sua candidata preferencial na sucessão de 2010, embora saibamos que ainda é cedo para as definições do cenário. Mas, de outra parte, estamos chegando em setembro, que é um mês importante no calendário político, pois é o último mês para filiações partidárias de quem pretende participar das eleições municipais do próximo ano.

Neste sentido, a entrevista do presidente Lula faz com que essa deputada transfira o tema para a nossa realidade, para a realidade do nosso estado e das nossas cidades, pois se o presidente vê as mulheres cada vez mais atuantes na política, aqui isto também ocorre, já que Santa Catarina não está dissociada da realidade nacional.

Então, aproveito para provocar uma reflexão a todas as mulheres que se interessam pelo bem-estar da sociedade, que querem ver uma sociedade mais justa, mais humana e mais igualitária para os que lhes são próximos: pensem na possibilidade de ingressar na vida pública, o que começa com um ato isolado, particular, que é a decisão por uma filiação partidária.

Você que me assiste ou me escuta, você que está presente, que está na sua casa ou no trabalho, quero convidá-la para participar da política, pois as mulheres precisam ocupar mais espaços políticos, prova disso é que nesta Assembleia Legislativa somos apenas três deputadas entre os 40 parlamentares.

A mulher tem mais sensibilidade para saber o que é importante para a sociedade, isso é da natureza feminina. Nós sabemos o que é importante na saúde, na educação, para os nossos filhos e companheiros. Praticamos a economia doméstica e sabemos bem onde há variação na cesta básica, temos conhecimento dos problemas da segurança e tantos outros temas importantes, por isso mesmo devemos ampliar o nosso espaço no debate político.

Para finalizar, volto ao tema inicial, à entrevista do presidente Lula, que foi assunto na ordem do dia neste início de semana entre comentaristas políticos e de quem gosta de discutir política.

Vejo com admiração a clara manifestação do presidente Lula de que não pretende um terceiro mandato e sua posição firme em defesa dos princípios democráticos, que contrasta com a posição de alguns acólitos do poder, que não saberiam viver sem uma sinecura e sonham com a possibilidade de uma grave virada nas regras do jogo político.

O presidente defende uma profunda reforma política, quem sabe até mesmo uma constituinte com finalidade específica, mas demonstra apreço pelo sistema democrático que permitiu a um retirante nordestino, um operário do ABC paulista, chegar à Presidência da República e mostra que não pretende manchar sua biografia e tornar-se um ditador tupiniquim.

Por último, gostaria de convidar todos os parlamentares aqui presentes, os que estão em seu gabinete, todo público que nos assiste, os que nos ouvem ou nos assistem pela TVAL, para amanhã, quinta-feira, participar de um debate, no auditório Antonieta de Barros, para a criação do memorial catarinense dos direitos humanos, às 14h.

Lembro também que esse evento é uma promoção conjunta da comissão de Direitos e Garantias Fundamentais desta Assembleia Legislativa, em parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina e com a Udesc."

Muito obrigada!
(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Ainda dentro do horário reservado ao PMDB, com a palavra o deputado Genésio Goulart, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO GENÉSIO GOULART - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, todos os amigos que nos assistem neste momento, convidados que estão participando aqui conosco, sejam bem-vindos a esta Casa.

Hoje eu gostaria de fazer um apelo aos nobres deputados da bancada do PT desta Casa Legislativa, porque precisamos muito do apoio dos nobres deputados para dois projetos que estão em andamento na região sul do estado e que hoje está dependendo apenas do governo federal, dos ministérios dos Transportes e da Educação.

Por isso faço um apelo aos nobres deputados, para que nos ajudem em Brasília, porque estamos precisando da publicação, no Diário Oficial, do credenciamento de cinco hospitais de Santa Catarina. A documentação já foi toda encaminhada para Brasília e só está dependendo do ministério da Saúde fazer a publicação para o credenciamento.

Na nossa região, Tubarão, temos o Hospital Nossa Senhora da Conceição e a informação que recebemos, deputado Reno Caramori, é que está dependendo apenas de um apoio político.

Deputado Décio Góes, faço esse apelo a v.exa. e também aos seus colegas, para que intercedam em Brasília para que isso aconteça com mais rapidez. V.Exas. sabem quanto o povo de nosso estado sofre. São pessoas doentes, necessitadas, que saem de suas comunidades, de seus municípios, para vir a Florianópolis. Depende só de nós! O processo está bem adiantado, e a informação que temos, deputado Reno Caramori, é que toda semana está para sair. Dizem que é na semana que vem, depois, que é na outra, e a coisa está passando, e não está acontecendo.

Assim, gostaria de fazer um apelo ao nobre deputado Décio Góes para que, junto com os seus companheiros, ajude-nos a fazer essa manifestação em Brasília, para que saia o mais rápido o credenciamento desses hospitais de Santa Catarina.

O Sr. Deputado Décio Góes - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GENÉSIO GOULART - Pois não! Ouço o nobre deputado Décio Góes.

O Sr. Deputado Décio Góes - Deputado Genésio Goulart, considero da maior importância a proposta da Oncorrede de Santa Catarina, que foi aceita e aprovada pelo ministério da Saúde, inclusive a região sul nos contempla com um hospital em Tubarão, que tem uma unidade dessa rede.

Se o governo do estado, se a secretaria estadual já complementou toda a documentação que tinha, acho que cabe a nós fazer um apelo, e podemos fazê-lo em conjunto, inclusive deste plenário, para que o ministério agilize esse processo.

Gostaria que aprovássemos aqui uma indicação para servir de instrumento da nossa luta no ministério da Saúde, e faremos a intervenção em conjunto.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO GENÉSIO GOULART - Deputado Décio Góes, agradeço a sua participação.

Realmente, isso é muito importante. A informação que nós temos do secretário Dado Chermem e da Carmen Zanotto é que faz tempo que está no ministério da Saúde só esperando para ser publicado.

Então, tenho certeza de que a sua influência e a dos nobres deputados do PT, juntamente com todos os queridos amigos deputados desta Casa, são muito importantes, porque sabemos do sofrimento das pessoas que lutam contra o câncer, principalmente em Santa Catarina. E não é só no Hospital Nossa Senhora da Conceição de Tubarão, não. São vários hospitais de Santa Catarina que serão credenciados.

Portanto, faço mais uma vez o apelo para que façamos essa união de força para facilitar e agilizar esse credenciamento.

Outro apelo que quero fazer é com relação às obras do Aeroporto Regional de Jaguaruna, porque precisamos do apoio dos nobres deputados desta Casa, especialmente o dos da bancada do PT, porque a documentação do governo do estado já foi encaminhada para o ministério dos Transportes, e estamos aguardando a assinatura desse convênio para começar a construção da segunda etapa do aeroporto. Faço esse apelo aos nobres deputados, porque é um projeto de grande importância. Já foram investidos R\$ 10 milhões naquela obra, que agora está paralisada, precisando urgentemente começar a segunda etapa.

O Sr. Deputado Décio Góes - V.Exa. nos concede mais um aparte?

O SR. DEPUTADO GENÉSIO GOULART - Pois não!

O Sr. Deputado Décio Góes - Sem querer abusar da sua bondade, esse é outro assunto importante para o sul de Santa Catarina. Sabemos que a primeira etapa foi construída, que é a pista, com 70% de recursos do governo federal e com 30% de recursos do governo estadual. No plano inicial a segunda etapa de trabalho previa o terminal de passageiros e o de cargas, sob a responsabilidade do governo do estado. A terceira etapa seria o acesso, a iluminação e a sinalização, quando o governo federal volta participar, e a quarta etapa seria o acesso até a BR-101. O projeto está sendo aprovado no DNIT, falta apenas melhorar a rótula de ligação da BR-101, que no plano inicial seria de responsabilidade do governo do estado.

Essa quarta etapa está no ministério dos Transportes solicitando uma parceria, mas para isso precisa ser incluído no Plano Nacional de Vias. É preciso fazer um movimento aqui, em conjunto, junto ao governo do estado, para esclarecer o assunto. Inclusive acho que poderíamos solicitar uma audiência pública para discutir essa questão, porque há um desencontro de informações na região sul, o que nos coloca numa situação desagradável.

Podemos pedir uma audiência pública na comissão de Transportes, deputado Reno Caramori, para obtermos esclarecimentos e podermos criar elementos para agilizar esse processo. É a minha sugestão.

O SR. DEPUTADO GENÉSIO GOULART - Essa é uma saída para que possamos interceder com mais rapidez. Nós vamos depois conversar, unir a nossa experiência, para que possamos realizar essa audiência pública para acelerar essas obras. Nós precisamos de parceria, porque sozinho não se vai a lugar nenhum. Nós precisamos dessa união para buscar essa alternativa.

Agradeço muito a participação dos nobres deputados.

Quero aproveitar o espaço do horário do nosso partido para agradecer aos funcionários, aos gerentes e ao presidente da Cidasc pela atenção que tem dado para a região da Amurel.

Com a abertura da Barra do Camacho mais de mil famílias estão sendo contempladas. É uma obra muito importante para a nossa população e há muito tempo estamos batalhando por isso. Graças a Deus está acontecendo a abertura da Barra do Camacho.

Quero aqui, de coração, agradecer a todos os membros da Cidasc, ao nosso secretário regional, Ademir Mattos, ao Mauro Candemil, da regional de Tubarão e Laguna, e ao governador Luiz Henrique da Silveira, pela atenção que têm dado à região da Amurel. Todos os nossos pedidos, graças a Deus, estão sendo atendidos.

No dia 3 de setembro, no município de Gravatal, o governador fará uma visita e uma reunião com o conselho regional da SDRs da região, quando irá se manifestar e assinar um decreto criando o comando regional da Polícia Militar na região de Tubarão, o que para nós é mais uma conquista.

Tenho muita admiração pelo governador Luiz Henrique da Silveira, nosso querido amigo, um grande parceiro, uma pessoa honesta, que cumpre com sua palavra e tem-nos ajudado bastante. Isso é gratificante para nós representantes da região da Amurel. Ele tem dado muita atenção aos pedidos que temos feito.

Ontem participamos de uma reunião aqui, em Florianópolis, com a presença do prefeito, de vereadores, do secretário da regional de Tubarão e dos presidentes da CDL e da ACIC. Viemos buscar união para fortalecer a cidade de Tubarão, pois é desta forma que damos a nossa contribuição e o nosso reconhecimento ao governador por tudo que ele tem feito por nós. Sinceramente, orgulho-me de ser deputado representante da Amurel.

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Passaremos à Ordem do Dia.

A Presidência comunica que a Comissão de Trabalho, de Administração e de Serviço Público apresentou parecer favorável às seguintes matérias: Ofícios n.s 0021, 0038 e 0095/2007, todos de entidades sociais encaminhando relatório de atividades;

Que a comissão de Educação, Cultura e Desporto apresentou parecer favorável às seguintes matérias: Ofícios n.s 045, 0050, 0052, 0065, 0072, 0082 e 0088/2007, todos de entidades sociais encaminhando relatório de atividades.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0295/2007.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0091/2007.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0133/2007.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0200/2007.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0203/2007.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0226/2007.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0255/2007.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0003/2007.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0004/2007.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0102/2007, de autoria do deputado Kennedy Nunes, que dispõe sobre a fixação de cartazes nos veículos de transportes coletivos, nas estações rodoviárias, nos aeroportos e outros recintos dos nomes e fotos das crianças desaparecidas.

Ao presente projeto foi apresentada emenda modificativa.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher; e de Segurança Pública.

Em discussão.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Não farei uma discussão sobre esse assunto, sr. presidente. Na verdade, gostaria apenas de deixar também o meu parecer em relação a esse projeto.

Há bastante tempo tínhamos vontade de ver essa iniciativa devidamente corroborada e transformada em lei. E vemos agora, com a intenção do deputado Kennedy Nunes, através desse seu projeto de lei, tornar realidade uma vontade que não é só dele ou só minha, mas acredito que é a vontade de todos nós que temos esse sentimento em relação às crianças desaparecidas, aos familiares, principalmente, de crianças desaparecidas, porque só quem tem ou já teve alguém desaparecido do seu meio sabe o quanto significa essa iniciativa que passa a se tornar lei. Só quem já passou por isso é que sabe.

Portanto, estou totalmente de acordo com essa iniciativa do deputado Kennedy Nunes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0300/2007, de origem governamental, que autoriza a concessão de uso de imóvel no município de Florianópolis (regularização de ocupação).

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0111/2007, de autoria do deputado Gelson Merisio, que institui a Semana da Segurança do Motociclista no estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Segurança Pública.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0111/2007, de autoria do deputado Gelson Merisio, que institui a Semana da Segurança do Motociclista no estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Segurança Pública.

Em discussão.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Peça a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra o deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, eu não poderia deixar de dar uma palavra sobre essa questão, até porque sou um motociclista bastante antigo e tenho uma pequena ponta de frustração de não ter sido eu o autor dessa lei. Mas quero parabenizar o deputado Gelson Merisio pela iniciativa, que vem ao encontro do anseio de todos nós que pilotamos uma motocicleta e que sabemos dos riscos e dos problemas. Vemos muita gente andando de motocicleta pensando que aquilo é muito seguro ou achando que aquilo não lhe vai causar problemas.

A motocicleta, como dizia um amigo meu, se não fosse para cair, teria três rodas. Ela só tem duas rodas e, portanto, há dois grupos de motociclistas: os que já cairam e os que ainda vão cair. Essa é a grande verdade. Nós sabemos muito bem disso. Então, é necessário que aqueles que passem a ter uma moto ou que já têm uma moto tenham consciência absoluta da responsabilidade que é pilotar uma motocicleta.

Portanto, instituir a Semana da Segurança do Motociclista no estado de Santa Catarina nada mais é do que vir ao encontro dos anseios de todos aqueles que pilotam uma moto.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0294/2007, de procedência governamental, que autoriza a cessação de uso de imóvel no município de Canoinhas (instalação de um pólo de ensino).

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0300/2007, de origem governamental, que autoriza a concessão de uso de imóvel no município de Florianópolis (regularização de ocupação).

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0303/2007, de origem governamental, que autoriza a concessão de uso de imóvel no município de Florianópolis (regularização de ocupação).

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0343/2007, de origem governamental, que denomina Pedro Provin o ginásio de esportes da EEB Princesa Isabel, no município de Irtati.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0120/2007, de autoria do deputado Jorginho Mello, que declara de utilidade pública a Associação Brasileira de Engenheiros de Aquicultura - Abequi -, com sede no município de Florianópolis.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0174/2007, de autoria da deputada Ana Paula Lima, que declara de utilidade pública a Fundação Fritz Müller, de Blumenau.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0177/2007, de autoria do deputado Jandir Bellini, que declara de utilidade pública o Jeep Clube Itajaí, no município de Itajaí.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0235/2007, de autoria do deputado Dagomar Carneiro, que declara de utilidade pública a Associação de Pais e Voluntários dos Atletas Especiais de Brusque, no município de Brusque.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0318/2007, de autoria do deputado João Henrique Blasi, que declara de utilidade pública o Grêmio Recreativo Social e Cultural Torcida Organizada Gaviões Alvinegros "Toga", no município de Florianópolis.

Ao presente projeto foi apresentada emenda modificativa.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0356/2007, de autoria do deputado Romildo Titon, que declara de utilidade pública a Associação dos Aposentados e Pensionistas de Fraiburgo, no município de Fraiburgo.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0178/2007, de autoria do deputado Antônio Aguiar, que denomina Almir José Kalbusch a SC-422 que liga Rio Negrinho ao distrito de Volta Grande.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituições e Justiça e de Transportes e Desenvolvimento Urbano.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0272/2007, de autoria do deputado Romildo Titon, que denomina Rodovia dos Motoristas a rodovia planejada SC-284, no trecho Celso Ramos - Barragem Usina Hidrelétrica Campos Novos - entroncamento da BR-470.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Transportes e Desenvolvimento Urbano.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação do parecer contrário ao Projeto de Lei n. 0189/2007.

A comissão de Constituição e Justiça deu o parecer rejeitando a proposta.

(Passa a ler.)

"[...]

Ante o exposto, manifesto-me pela rejeição do Projeto de Lei n. 0189/2007.

Relator

(a)Deputado Joares Ponticelli"

O deputado Nilson Gonçalves recorreu da decisão da comissão de Constituição e Justiça e agora colocamos à apreciação deste Plenário, por solicitação através do requerimento do deputado Nilson Gonçalves, com as assinaturas de acordo com o Regimento Interno.

Está em discussão o requerimento do deputado Nilson Gonçalves.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra o deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, na verdade esse projeto que tramitou nas comissões determina a instalação de sinalização educativa em rodovias na malha viária estadual, rodovias delegadas e rodovias federais sob a administração do estado, visando o combate ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes e a erradicação do trabalho infantil.

Meu Deus do céu, às vezes fico me perguntando por que tem que ser...

Ah, é inconstitucional? A comissão, sr. presidente, e v.ex.a. é testemunha disso, pois está há tanto tempo quanto eu neste Poder, quando quer aprovar, pode até ser inconstitucional, mas quando tem a disposição de aprovar, aprova. E ninguém vai me desmentir nisso, porque quando tem a disposição de aprovar, o que menos interessa é se é constitucional ou se é inconstitucional. Essa é a grande verdade!

O que nós queremos com essa lei que nós estamos submetendo agora ao Plenário, uma vez que ela teria o destino da lata do lixo ou do arquivo, porque na comissão de Constituição e Justiça capotou, não prosperou... E nem é idéia minha. Na verdade, nós copiamos de outro estado que já tem a lei aprovada e estamos tentando trazer isso para Santa Catarina. Por quê?

A exploração infantil, de menores, de adolescentes ou de semi-adolescentes na sua maioria é feita nas beiradas de rodovias. Quantos dos senhores que estão aqui já não viram semi-adolescentes, meninas magrinhas, na beira da estrada, paradinhas, dando um sinal com a mãozinha para pegar carona?! Para pegar, na verdade, um dinheirinho de um elemento que está transitando pela rodovia, de caminhão, de carro ou de caminhonete, seja lá de que for. Ele, sim, de maior, consciente da sua responsabilidade, mas sem escrúpulo nenhum, vai abusar de uma criança dessas, praticar muitas vezes sexo do jeito que bem entende.

Então, a idéia que queremos - e ela pode até vingar, se os senhores entenderem, como este deputado entende, que ela é possível - é que sejam colocadas placas no segmento dessas rodovias, de acordo com as possibilidades do estado. Não estou exigindo que seja colocada uma placa de cinco em cinco quilômetros, mas que haja placas, dentro da disponibilidade do estado, para coibir esse tipo de atividade, para orientar ou pelo menos inibir o cidadão que não tem escrúpulos. Porque quando esse cidadão estiver dirigindo numa estrada e vir uma placa dando conta de que, se ele abusar da criança, fizer sexo com ela na beira de estrada, está correndo um sério risco de pegar cadeia, tenho certeza de que ele se inibirá, tenho certeza de que isso vai constrianger a sua consciência. Pode não acabar, já que muitos não têm como consertar mesmo, o que se fazer, mas outros tantos vão deixar de fazer isso. E quanto ensinamento, quantos vão ser beneficiados, inclusive essas crianças, que vão ter consciência também de que não devem fazer isso.

Sr. presidente e srs. deputados, puxei esse projeto para cá porque ele estava fadado ao arquivo, estava fadado à caixa do lixo. Esta é a grande verdade! E é um projeto, em que pese ser simples, de grande utilidade.

Faria um apelo a cada um dos srs. deputados para que me ajudem a ressuscitar esse projeto. Vamos aprová-lo, e tenho certeza de que o sr. governador não vai deixar de sancioná-lo!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Esse projeto é de autoria do deputado Nilson Gonçalves. Teve o parecer da comissão rejeitando-o. Agora, está em discussão o requerimento.

Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Pela ordem, sr. presidente, para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra, pela ordem, para uma questão de ordem, o deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - A votação será nominal?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - O requerimento de v.exa. foi aprovado. Agora, o seu projeto volta às comissões.

Esta Presidência comunica que serão encaminhadas aos destinatários as Indicações ns.: 0532/2007, de autoria do deputado Genésio Goulart, 0533/2007, de autoria do deputado Antônio Aguiar, 0534/2007, de autoria do deputado Jailson Lima, 0535/2007, de autoria do deputado RENO CARAMORI, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

O Sr. Deputado RENO CARAMORI - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra, pela ordem, o deputado RENO CARAMORI.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente, gostaria de tecer alguns comentários a respeito da indicação de minha autoria. Portanto, peço a palavra para discutir a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - V.Exa. tem a palavra para discutir, sr. deputado.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente, essa nossa indicação tem o objetivo de acelerar e viabilizar um projeto, porque já existem planos de governo para que possamos cada vez mais garantir a permanência do homem no campo. Inclusive, já surgiram algumas inovações, a exemplo do Projeto Mandala, em alguns municípios do planalto serrano, que hoje agregam valor na propriedade, através de hortifrutigranjeiros ecológicos.

Na minha região, mais especificamente na região do município de Frei Rogério, temos alguns entusiastas, e um deles é o Itamir Gasparini, que é vereador do nosso partido e que tem uma visão muito ampla. Frei Rogério é formado por pequenas propriedades produtivas de grãos, pelo seu clima e pelo seu solo favorável. A vocação da nossa gente é a fruticultura, o milho, o feijão. E agora surgiu, através do experimento de alguns agricultores, incentivados pelo Itamir, com quem dialogamos como presidente da comissão de Agricultura e agora como vice-presidente, outra forma de cultura.

Então, precisamos buscar uma maneira de incrementar o plantio do girassol naquele município, até porque lá temos um cidadão que mantém uma oficina mecânica onde desenvolveu um protótipo para a extração do óleo de girassol. Além de produzir bem, o girassol é uma cultura plantada normalmente nessa região, de junho a agosto, e sua colheita não ultrapassa o mês de dezembro, ainda em tempo de aproveitar o mesmo solo, a mesma área e a mesma adubação para fazer o plantio direto do milho, do feijão e do soja, aproveitando até a rotação de culturas, se bem que são do mesmo gênero.

Hoje o girassol experimentado nessa região é de uma variedade oriunda da Argentina, porque o Brasil, deputado José Natal, não possui ainda uma tecnologia, uma genética aprimorada na produção de sementes de girassol. Todo girassol plantado hoje em áreas expressivas tem sua semente importada com uma genética muito boa. E essa semente do girassol argentino chega a produzir até 50% de óleo. Passa de 48% da sua produtividade. E o soja dá apenas 20%.

Então, srs. deputados, vejam bem o quanto é importante o governo encontrar uma maneira de viabilizar, nas regiões possíveis, a cultura do girassol. Essa pequena máquina que vimos funcionando, inclusive estava conosco o deputado Marcos Vieira, que acompanhou a audiência pública, é uma máquina simples, que chega a produzir, nessa sua dimensão, até 25 litros/hora de óleo de girassol, que pode ser consumido *in natura*, tanto para a alimentação quanto como biocombustível.

Ele está agregando, a esse primeiro protótipo, um outro equipamento que vai beneficiar um pouco mais, que vai dar mais qualidade ao produto, mas ele pode ser utilizado no seu Tobata, no seu trator, no seu motor estacionário, no seu caminhão, da maneira como ele corre da bica quando a prensa espreme o grão. E isso é muito importante, porque cada colono poderá, através de um consórcio, que é o que o Itamir está criando, através de uma associação de moradores, de produtores, adquirir uma máquina, que será patrocinada também pelo prefeito, que disponibilizou recursos próprios, particulares inclusive, para auxiliar o desenvolvimento dessa máquina. Se bem que essa máquina não é a única, eis que temos no oeste, no município de Pinhalzinho, um mecânico que desenvolveu uma similar. Mas essa que fomos ver é uma máquina talvez um pouco melhorada. E com essa participação da comunidade ele está desenvolvendo um novo equipamento acoplado a essa máquina para dar mais qualidade ao produto.

Com tudo isso, deputado Nilson Gonçalves, teremos mais uma opção para aquela região. A produção é excelente tanto quanto a do milho e do soja, nas suas proporções. A quantidade plantada para o experimento teve uma aceitação de produção de 90% daquilo que está previsto nas literaturas e em regiões que produzem bastante.

Por isso, encaminhamos uma indicação - pois não poderia ser através de projeto de lei - ao governador, para que ele viabilize essa produção na secretaria da Agricultura, através da Epagri que, inclusive, enviou um representante àquela audiência pública, que se mostrou entusiasmado em procurar desenvolver esse trabalho na região, o que faria com que o nosso colono tivesse cada vez mais vontade de se fixar na terra, produzindo alimentos.

Deputado Nilson Gonçalves, esse é um óleo muito saboroso, muito bom e nós o experimentamos. Ele já sai praticamente filtrado e pode ser utilizado na cozinha na mesma hora, como pode ser utilizado em qualquer motor movido a óleo diesel.

Então, vejo uma vantagem muito grande por duas razões: é um óleo que não polui, pois a poluição não chega a 20% do diesel, isso comprovado pelos institutos de pesquisa, e pode ser utilizado para a alimentação, quer dizer, em vez de se usar o óleo de soja, pode-se usar o de girassol, que é comestível e que pode ser usado tanto para frituras como para consumo *in natura*, além do trabalho que irá prestar à propriedade.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Pois não!

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Sr. deputado, acompanhei com muito interesse essa sua explanação, até porque já tive a oportunidade de ver plantações de girassol, principalmente na Argentina, numa região próxima a Mendonça, e é uma coisa muito bonita. E eu não entendia por que não temos aqui em Santa Catarina essas plantações. Mas agora v.exa. está falando que estão incrementando essa cultura no oeste do estado. Não sei se a minha região teria condições climáticas para o plantio de girassóis. Mas isso me interessou sobremaneira e gostaria, se fosse possível, que o deputado me encaminhasse algum estudo que porventura tenha sobre isso.

Gostaria também de assinar com o deputado essa indicação, para reforçar esse pedido ao governador do estado, pois acho muito importante a participação do governo, que nesse aspecto é decisiva principalmente para esses agricultores.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Perfeitamente! Agradeço o aparte de v.exa.

O nosso vereador Itamir Gasparini tem uma capacidade muito grande de inovar. E lá em Frei Rogério temos a maior produção de pêssego japonesa do Brasil, ou a melhor, através da colônia japonesa, do núcleo japonês. Temos lá a maior produção de cogumelos também no núcleo japonês e também o Sino da Paz, que presta homenagem aos...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Foi devidamente explicada a Indicação n. 0535/2007 pelo deputado RENO CARAMORI.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, pedi a palavra para registrar a presença dos alunos participantes do projeto "Educação para a Cidadania, Construindo Um Novo Olhar", da Escola Governador Ivo Silveira, de Palhoça, da Escola Irmã Maria Teresa, também do município de Palhoça, e do Instituto Estadual de Educação, que é a escola na qual iniciamos, implantamos esse projeto pioneiro. Eles estão acompanhados também dos monitores da Universidade Federal de Santa Catarina, do Cesus e da nossa faculdade municipal de São José.

Portanto, sejam todos bem-vindos! Esse é realmente um projeto pioneiro. E tenho certeza de que a Escola do Legislativo, através dessa primeira experiência, poderá ampliar muito mais essas parcerias. E a partir dela, deputada Ana Paula Lima, poderá construir um novo olhar desses jovens, desses adolescentes, sobre a importância e a necessidade do Poder Legislativo para os catarinenses.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Está feito o registro.

Esta Presidência ainda comunica que serão encaminhadas as Indicações ns.: 0537/2007 e 0536/2007, de autoria do deputado Pedro Baldissera, e 0539/2007, de autoria da deputada Ana Paula Lima, conforme determina o art. 206, do Regimento Interno.

Sobre a mesa requerimento de autoria do deputado José Natal, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao prefeito de Irani, cumprimentando-o pelo aniversário do município.

A Presidência defere de plano

Requerimento de autoria do deputado Narcizo Parisotto, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos prefeitos e aos presidentes das Câmaras de Timbó do Sul, São Bento do Sul, Nova Itaberaba, Passo de Torres, Santa Terezinha, Sul Brasil, Braço do Trombudo, Monte Carlo, Mirim Doce, Cocal do Sul, Tigrinhos, Guaraciaba, Blumenau, Porto União, Capão Alto, Mafra, Guabiruba, Ponte Alta, Imbuia, Jaborá, Irani, Canoinhas, Ermo, Flor do Sertão, Princesa, Bandeirante e Cunhataí, cumprimentando-os pelo aniversário dos municípios.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Genésio Goulart, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente da Banda Musical de Oficinas, de Tubarão, cumprimentando-o pela posse na presidência da entidade.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Genésio Goulart, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao prefeito e ao presidente da Câmara de Irani, cumprimentando-os pelo aniversário do município.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Serafim Venzon, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos prefeitos e aos presidentes das Câmaras de Vereadores de Nova Orleans, Navegantes, Joaçaba, Imaruí, Guaramirim e Chapecó, cumprimentando-os pelo aniversário dos municípios.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Herneus de Nadal, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente da Cooperativa Regional Alfa, cumprimentando a direção, funcionários e associados pelo aniversário da instituição.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da deputada Ada De Luca, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao prefeito e ao presidente da Câmara de Orleans, pelo aniversário do município.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Julio Garcia, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente da Federação Nacional das Apaes, cumprimentando-o pela realização do Festival Nacional "Nossa Arte".

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Renato Hinnig, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao prefeito de Blumenau, cumprimentando-o pelo aniversário do município.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Silvio Dreveck, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos diretores da Rádio Rio Negrinho, cumprimentando-os pelo aniversário da emissora.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Antônio Aguiar, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente do Grupo RBS, cumprimentando-o pelo cinquentenário de sua fundação.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Antônio Aguiar, que solicita à gerente de Suporte e Planejamento Comercial da Brasil Telecom a instalação de linhas telefônicas convencionais para atendimento das comunidades de Pocinho, Rio dos Banhados, Alto do Rio Preto, Posto Castilho e Boa Vista, no município de Rio Negrinho.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria da deputada Ana Paula Lima, que solicita à Brasil Telecom ampliação da rede de telefonia na localidade de Fernandes, entre os municípios de São João Batista e Major Gercino, atendendo os interesses legítimos daquela comunidade.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção de autoria do deputado Antônio Aguiar, a ser enviada ao diretor do Detran/SC, solicitando medida inibidora da comercialização e instalação de kit de gás natural veicular - GNV que não atenda aos padrões mínimos de segurança.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção de autoria da deputada Ana Paula Lima, a ser enviada à Ordem Auxiliadora de Senhoras Evangélicas da Comunidade de Luterana, do Vale do Itajaí, OASE, cumprimentando pela comemoração dos cem anos de existência.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção de autoria da deputada Ana Paula Lima, a ser enviada à Igreja Luterana no Vale do Itajaí, manifestando louvor pelos 150 anos de existência.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Pedido de informação de autoria do deputado Onofre Santo Agostini, a ser enviado ao secretário da Fazenda, solicitando informações sobre o recebimento de subvenção social pelos bombeiros voluntários e comunitários.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de informação de autoria do deputado Pedro Baldissera, a ser enviado ao secretário estadual da Agricultura, solicitando informações sobre o laboratório de análise de leite e derivados em São Miguel d'Oeste.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de informação de autoria do deputado Pedro Baldissera, a ser enviado ao governador e à presidente da Companhia de Habitação de Santa Catarina - COHAB -, solicitando informações sobre terreno de propriedade da Cohab localizado às margens da Via Expressa, esquina com a rua Professor Egidio Ferreira, e também se existe edital em andamento para a alienação desse imóvel.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

O primeiro orador inscrito é o sr. deputado Silvio Dreveck, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada, venho a esta tribuna com uma preocupação muito grande no que diz respeito à situação financeira do estado de Santa Catarina.

Antes disso, quero fazer um registro sobre a discussão acalorada, no dia de ontem, quando o deputado Kennedy Nunes fez algumas colocações, quando houve a réplica e depois a tréplica. Não quero fazer nenhum julgamento nem apimentar a discussão havida, apenas desejo registrar e levar ao conhecimento dos colegas deputados por que houve a manifestação do deputado Kennedy Nunes, no que diz respeito à denúncia. E houve a defesa, dizendo, a maioria dos deputados, que o evento se realizou. Mas não é essa a questão! O que me chamou a atenção, e não sou eu que estou dizendo, foi o que a assessoria do presidente da União dos Vereadores do Brasil declarou.

(Passa a ler.)

"A assessoria do presidente da UVB, Joabs Sousa Ribeiro, diz que a entidade não teve qualquer participação na operação com os R\$ 100 mil e que não conhece Louzada." [sic]

O que me preocupa, como estava dizendo, é a situação financeira de Santa Catarina, deputado Reno Caramori, porque o secretário da Fazenda, Sérgio Rodrigues Alves, tem feito um esforço tremendo, tem-se dedicado como empresário. E ele conhece a área financeira. O presidente da SC Parcerias, sr. Alair Tissot, também tem feito um esforço muito grande, tem acompanhado o secretário Paulo Bauer, um pouco distante, mas tem-se empenhado. Mas detectamos que o estado de Santa Catarina está numa situação delicada financeiramente. No entanto, tivemos vários discursos, e aqui cito o deputado Manoel Mota, que não está presente, mas que tem feito um discurso apaixonado, um discurso de idolatria pelo seu chefe. Mas administração não é paixão, não é emoção. Administração é razão. As decisões, as determinações, devem ser tomadas com a razão, porque caso contrário não se gerencia uma empresa, não se gerencia o estado, que não deixa de ser uma empresa pública que presta serviços.

Esta semana li a seguinte matéria:

(Passa a ler.)

"A Realidade

[...]

A SC Parcerias, presidida por Vinicius Lummertz, hoje secretário de Assuntos Internacionais, lançou obras de impacto em diferentes regiões do Estado e financiou o Deinfra para executar acessos rodoviários em vários municípios. Tudo sem disponibilidade de caixa. Avançou até nos recursos do ICMS de exportação destinado ao setor moveleiro, que atravessa gravíssima crise em função da desvalorização cambial.[...]"

E mais à frente temos:

(Continua lendo.)

"Ao constatar a dívida, o empresário Alair Tissot ameaçou renunciar à presidência da SC Parcerias, mas teve a garantia da antecipação dos créditos do Prodec." [sic] Que deve ao setor moveleiro R\$ 33 milhões. E a SC Parcerias, nessa operação do sr. Vinicius Lummertz, realizou contratos, obras, por antecipação de receita. Mas não pode ser assim! Onde está a responsabilidade do chefe maior? Ele não pode permitir esses desmandos em que o estado antecipa receita para contratar, ou melhor, em que contrata obras e serviços públicos na condição de recebíveis.

Ora, creio que não estou mais entendendo de administração pública, porque quando fui prefeito diria que não poderia contratar obras se não houvesse orçamento e recursos disponíveis. É o mínimo que se deve ter! E é por conta disso que em Moema a nossa rodovia está a passo de tartaruga. Próximo da cidade de v.e.x., deputado Reno Caramori, do seu município, Timbó Grande, ainda hoje verifiquei que a rodovia continua a passo de tartaruga e quando chove fica intransitável. A estrada Volta Grande, em Rio Negrinho, está parada, não anda. E essa obra que falamos, lá de Moema, que deveria fazer a ligação com Dr. Pedrinho, além de estar praticamente a passo de tartaruga, ainda não contempla o projeto da Vila de Moema, que é muito importante!

Creio que independentemente de sermos oposição ou de sermos de partidos diferentes, essa é uma obra relevante para o desenvolvimento daquela comunidade. E penso que quem faz 12 quilômetros pode fazer mais quatro para contemplar a ligação daquela região como um todo.

Estou dizendo isso porque recebemos um apelo de todos os municípios, e até quero fazer a defesa dos prefeitos e das prefeituras, independentemente de partido, que estão assumindo atividades do governo do estado. Eu citei a questão do IML de São Bento do Sul - inclusive já foi feito aqui um pedido -, deputado Antônio Aguiar, onde não temos médicos legistas. Um cadáver leva dois dias ou três dias para ser liberado. O carro de transporte não tem condições de levar os cadáveres a Joinville para fazer o exame cadavérico; então, a prefeitura cede médicos e funcionários burocráticos. Isso vem se arrastando ao longo dos anos, com uma intensidade cada vez maior.

É o governo do estado que gasta, não somos nós. O governo do estado gasta R\$ 140 milhões nas secretarias regionais, onde estão muitos funcionários comissionados que não têm o que fazer, que são os que devem ser cedidos para os órgãos do governo, para as delegacias regionais, para os Detrans, enfim, para quantos órgãos o governo instalar nos municípios, mas as prefeituras é que têm que bancar.

Então, está-se omitindo de uma responsabilidade que é do estado; inclusive, os municípios já têm uma grande dificuldade, principalmente os municípios pequenos. E na medida em que vão ceder funcionários, que vão ceder recursos para o estado, estão deixando, muitas vezes, de fazer aquilo que é prioritário, que é o atendimento à saúde, à educação, à assistência social, porque é na porta do prefeito, é na porta da prefeitura que o cidadão procura. Por quê? Porque está mais próximo. Então, precisamos ter a consciência de fazer com que os nossos municípios tenham o mínimo de condições para o atendimento, e isso depende do gerenciamento e de recursos.

O estado deve ter o compromisso e a responsabilidade de fazer com que essas atividades, que são inerentes à sua responsabilidade, também tenham o compromisso de destinar recursos, destinar pessoal, fazer concurso quando necessário e evitar essa descentralização de cabides de empregos, que infelizmente não tem dado certo para Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Ainda em Explicações Pessoal, com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Antônio Aguiar, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente, srs. deputados, gostaria de me reportar ao planalto norte e falar um pouquinho na nossa história, na história de Canoinhas, na história de Ouro Verde. Canoinhas foi chamado de Ouro Verde, por quê? Porque o nosso ouro verde é nada mais nada menos do que a erva-mate que hoje é consumida em Santa Catarina, no Rio Grande do Sul, no Uruguai, na Argentina e em vários estados do norte de nosso país. Nós temos, sem dúvida nenhuma, a matéria-prima nativa, que é algo da maior importância que existe.

A erva-mate se destaca no planalto norte pela sua qualidade. E em reunião com os ervateiros, com o presidente do sindicato, sr. Luís Mário Dranha, com o sr. Paulo Baldo, que é ervateiro, com o sr. Adilson Machado, enfim, com a categoria que representa o sindicato da erva-mate, com os representantes da erva-mate, com a cooperativa, fomos informados que existe hoje em negociação, através da Coca-Cola, a compra do Mate Leão, de Curitiba.

Essa famosa marca Mate Leão traz no seu bojo o chá da erva-mate. E se há interesse por parte da Coca-Cola, que é uma multinacional poderosa, em comprar a empresa Mate Leão, significa que a nossa erva-mate, deputado Reno Caramori, vai valer mais. Em Caçador também há produtores de erva-mate, e isso nos leva a um momento especial em Santa Catarina, para que órgãos competentes como a Epagri, a Cidasc, o governo estadual, as universidades e os empresários tragam à tona o tema erva-mate, para que haja um projeto, uma medida no sentido da industrialização da erva-mate. Essa industrialização significa ter tecnologia especializada para agregarmos valor à erva-mate. E agrega-se valor com tecnologia e com projetos, para que o planalto norte seja valorizado no seu item erva-mate.

Também queremos dizer que no planalto norte comemora-se no dia 12 de setembro o aniversário de emancipação política do município de Canoinhas, e estão todos os catarinenses convidados para participar da Fesmate, que vai ser realizada na terceira semana do mês de setembro.

Também é importante falar no município de Porto União, que no dia 5 de setembro comemora a sua emancipação política, assim como o município de Mafra. Setembro é um mês importante para o planalto norte, pois vários municípios comemoram a sua emancipação.

O Sr. Deputado Reno Caramori - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Pois não!

O Sr. Deputado Reno Caramori - Quero cumprimentá-lo, deputado Antônio Aguiar, até porque a erva-mate, há poucos anos, era somente nativa, aliás, a melhor erva é a nativa.

Eu acompanhei muito isso, não só porque sou tomador de chimarrão e, portanto, carrego essa tradição do Rio Grande amado, mas pelo valor nutritivo da erva-mate, e v.exa. que é médico sabe o quanto é importante. Nem todas as pessoas podem tomar chimarrão ou sorver um bom chimarrão, porque o chimarrão se sorvido, não é tomado. A erva-mate não é só para o chimarrão, mas também para o chá. Hoje, deputado Antônio Aguiar, no meio-oeste catarinense - não vou citar o nome para não atrapalhar - está sendo desenvolvida uma tecnologia do concentrado de erva-mate. E o suco de erva-mate. Não é um chá, é um suco, extraído da folha *in natura*. É feito um concentrado e esse concentrado é como se fosse o capilé, um refresco de erva-mate.

Já provei, e o produto está aprovado por todos os órgãos competentes, legais. Inclusive, está sendo desenvolvido o equipamento para a extração em grande quantidade.

Quanta gente, deputado Antônio Aguiar, cortou os seus ervais quando não tinham valor. Quando não valia nada a erva-mate, eram cortados os ervais. Hoje o grande produtor está plantando erva-mate, mas temos que ter o cuidado na aquisição de sementes, porque se trouxermos a semente da Argentina, veremos que é uma erva bastante amarga, por isso que a Argentina adiciona açúcar, com o que não concordamos. Até existe uma lei em Santa Catarina para não adicionar açúcar na erva-mate, para que o diabético também não sofra problemas quando sorver o seu bom chimarrão. Aliás, já temos erva-mate que traz na embalagem escrito que não contém açúcar. E é um apelo que faço mais uma vez para que não se coloque açúcar. Quem quiser tomar mate doce que adicione açúcar na cuia, mas que não coloque na hora da fabricação o açúcar, que pode causar danos à saúde.

Desejo cumprimentar Canoinhas, Porto União e Mafra pelo aniversário dos municípios. Vamos fazer com que aquela nossa região produza erva-mate. Temos lá o Delby Machado, que é um dos maiores produtores de erva-mate descansada. Exporta quase 90% da produção da erva-mate descansada, como nós chamamos, que é uma erva mais curada, que tem uma aceitação fabulosa pelo seu teor nutritivo.

Parabéns, deputado!

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Nobre deputado, concordo que temos de trocar no planalto norte o *pinus* pela erva-mate, porque um alqueire de erva-mate gera R\$ 10.000,00 por ano. Isso significa que a erva-mate nativa já pode competir com qualquer outra cultura do planalto norte.

Em reunião com os ervateiros fiquei entusiasmado com a idéia da produção de erva-mate nativa, porque é ela que se diferencia da outra erva-mate. Hoje o planalto norte não sofre tanto a influência do desmatamento, porque o agricultor, preservando a erva-mate, preservou a imbuia e o pinheiro. Tudo para conservar a erva-mate nativa.

É importante que tenhamos na lembrança o nosso passado. Um povo sem passado é um povo sem futuro, e o nosso passado é sim a erva-mate. E desde o princípio estamos nos movimentando no planalto norte para realmente desenvolver um centro tecnológico que possa agregar valor à erva-mate para os nossos ervateiros que tanto se dedicaram ao nosso ouro verde.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Elizeu Mattos, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente e srs. deputados, hoje foi um dia bastante agitado aqui na Assembléia. Iria fazer um pronunciamento um pouco diferente, mesmo não sendo do âmbito de leis desta Casa, sobre a maioria penal. Mas deixarei para amanhã, deputado Sargento Amauri Soares, para abrimos o debate a respeito da maioria penal no Brasil e em Santa Catarina. Esse é um assunto que não é pertinente a leis desta Casa e, sim, do Congresso Nacional, mas temos o dever de fazer esse debate não só neste Parlamento como também com a sociedade, porque é uma coisa que preocupa muito o dia-a-dia da segurança do estado catarinense.

Escutei atentamente o pronunciamento do deputado Sílvio Dreveck. E o que queremos aqui é o contraponto, ou seja, discutir, debater idéias, ações, porque somos diferentes. Não podemos estar todos aqui e sermos iguais. Se fôssemos iguais só um de nós precisaria estar aqui. Somos diferentes.

Temos que debater assuntos pertinentes, que não seja o lado pessoal do deputado que está aqui, mas discutir assuntos do dia-a-dia do estado de Santa Catarina. Isso é salutar, deputado José Natal, para o Parlamento, porque aqui vamos discutir idéias. Refuto totalmente a discussão do lado pessoal do cidadão, porque não é esse o nosso dever no Parlamento. Refuto totalmente a falta de responsabilidade e de respeito, talvez, com as pessoas. Por isso às vezes as coisas não seguem aquele caminho que esperamos dentro desta Casa.

Mas quero discutir a questão financeira dos estados que enfrentam dificuldades, deputado Sílvio Dreveck, devido a um modelo que está plantado no país, que absorve 65% de tudo que se arrecada. E essa dificuldade não é do estado de Santa Catarina, que ainda é um dos estados privilegiados nessa questão da gestão financeira dentro dos estados, das unidades da Federação. Veja bem, deputado, nós aqui - e falo do estado como um todo - já estamos partindo para a contratação do BID V no que se refere à recuperação da malha viária do estado, a novas estradas. E mesmo que o BID IV esteja andando devagar, as coisas estão acontecendo. Ele não está parado. Mas é preocupante, sim, quando às vezes vemos o estado do Rio Grande do Sul ainda no BID II, que nem caminhando está. Mas já estamos partindo para um novo BID. Por quê? Porque há gestão, mesmo com toda essa centralização existente em Brasília.

O que o Brasil precisa? Copiar aquilo - nem todos aqui já foram secretário regional - que o governador está fazendo aqui: descentralizar este país, descentralizar os recursos, descentralizar as ações, porque, na verdade, os recursos estão centralizados em Brasília, passando os deveres e as obrigações para os estados e municípios.

Acho que esse é um bom debate, mas não há outro caminho a não ser a descentralização. Vou citar a v.exas. que um quilômetro de asfalto feito em Brasília custa mais de R\$ 12 milhões; um quilômetro de asfalto feito pelo Deinfra custa em torno de R\$ 800 mil. "Ah, mas a estrada é superior, o quilômetro é superior, a estrada federal é superior". Mas não existe superioridade de estrada com o valor três vezes maior. E por que não é culpa do presidente Lula? É culpa, sim, porque o dinheiro está muito longe, está muito distante, parece que o avião que traz os recursos vem com as portinhas abertas e perde esses recursos pelo caminho. E isso acontece no governo Lula, aconteceu em governos passados e vai acontecer em novos governos, se não descentralizarmos os recursos e passarmos para os estados e municípios mais verbas.

Esse é um debate que queremos fazer aqui, deputado Sílvio Dreveck, com maior respeito à sua pessoa. Mas aquilo que foi falado, que a secretaria regional é um cabide de emprego, eu discordo, e é meu dever discordar. Eu fui secretário regional e na minha secretaria não havia guarda-roupa e muito menos cabide para pendurar o casaco. Se pudesse, trabalhava até sem casaco lá. Só usávamos casaco em dia de frio. E todos que estavam lá trabalhavam! Então, o que temos que discutir é o conhecimento da descentralização dos recursos.

Um outro assunto que trago ainda sobre a descentralização dos recursos e que está no dia-a-dia, deputado Edson Piriquito, é o tal do Super Simples. E já começaram a acusar o governador do estado de ser culpado porque estão tirando benefícios das micro e pequenas empresas.

Eu conheço esse assunto, já o debati, e o deputado Sílvio Dreveck esteve conosco quando veio uma comissão de Brasília. Inclusive, o deputado Pimentel, do PT, só faltou pedir uma nota de repúdio aqui nesta Casa a este deputado, quando eu discordei que o Super Simples não era tão simples assim, que ele era mais complexo do que simples.

O que o Super Simples trouxe? Ele não é totalmente ruim, mas não estudou as diferenças dos estados, das unidades da federação, não estudou a questão tributária de cada estado. E Santa Catarina tem um tratamento tributário completamente diferenciado das outras unidades da federação.

A Lei Complementar n. 123, que cria o Super Simples, tira totalmente a autonomia - e é bom o cidadão que nos está assistindo saber disso - dos estados e municípios na questão tributária para micro e pequena empresa.

Eu ouvi, nesse final de semana, uma federação, que naquele momento estava apoiando o Super Simples, dizendo que era a melhor coisa do mundo e que o governo Luiz Henrique vai tirar 17%, ou seja, aquilo que quando a pequena empresa vende para uma grande empresa tem um tratamento diferenciado de ICMS. Mas isso não é verdade. É a Lei Complementar n. 0123 que tira esse benefício. E para esse benefício voltar a existir no estado de Santa Catarina só com a autorização do Confaz - Conselho Nacional de Política Fazendária. Inclusive, quem é da base, deputado Décio Góes, do PT poderia ajudar a convocar essa reunião do Confaz, porque pela terceira vez ela foi cancelada. E o Confaz tem que autorizar o estado a voltar a dar esse crédito diferenciado à micro e pequena empresa.

Por isso, estou usando a tribuna neste dia, deputado José Natal, para dar alguns esclarecimentos sobre o que a população tem escutado todos os dias, porque já começaram a colocar a culpa de tudo no governador Luiz Henrique. "O governador é o culpado." Não! O governador fez uma lei, e Brasília, mais uma vez, em quatro paredes, não conseguiu enxergar que este país é muito grande e que há diferenças nos estados. E isso precisa ficar esclarecido.

Portanto, deputados Sílvio Dreveck e Dirceu Dresch, creio que temos que fazer pressão para que o Confaz faça essa reunião o mais rápido possível e autorize o governo do estado de Santa Catarina a permitir o destaque do ICMS nos documentos fiscais emitidos por contribuintes optantes do Simples Nacional. E temos que esclarecer aqui que a culpa é de uma lei. E quem a fez talvez não tivesse a intenção de prejudicar, mas está prejudicando o micro e o pequeno negócio do estado de Santa Catarina.

Portanto, srs. deputados, faço esse esclarecimento hoje. Que bom que estamos debatendo idéias, deputado Sílvio Dreveck, mesmo discordando da sua fala. Conversando, poderemos nos entender e colocar para a sociedade, para aqueles que nos escutam e que nos visitam os pingos nos *ii*.

Portanto, agradeço a atenção! Uma boa-tarde a todos!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado José Natal, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Sr. presidente, srs. deputados, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio AleSC Digital, catarinenses que assistem à sessão legislativa nesta Casa, nesta tarde, fui autor, há 15 dias, de um requerimento formando a Frente Parlamentar Catarinense Contra a Prorrogação da CPMF e obtive a assinatura de 25 srs. deputados. Ela foi instalada, e nós fizemos a sua reunião na última quarta-feira. Hoje completou uma semana.

Quero fazer a leitura aqui do nome dos representantes de classe que compareceram à audiência pública da Frente Parlamentar Contra a Prorrogação da CPMF.

(Passa a ler.)

"Participaram: sr. Itamar Cavalli, presidente da Câmara dos Dirigentes Lojistas de Florianópolis; sr. Odílio Guarezi, presidente da Associação Empresarial da Região Metropolitana de Florianópolis - Aemflo; sr. José Zeferino Pedrozo, presidente da Federação da Agricultura de Santa Catarina - Faesc; sr. Renato de Oliveira, assessor parlamentar do gabinete do vereador Deglaber Goulart, da Câmara Municipal de Florianópolis; sr. João Carlos Quint, assessor da Presidência da Federação de Comércio do Estado de Santa Catarina; sr. Sérgio Ribeiro Werner, diretor da Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores - Fenabrave; sr. Dilvo Vicente Tirloni, presidente da Associação Comercial e Industrial de Florianópolis - Acif-SC; sr. André Vargas Andreazza, diretor do Sindicato dos Concessionários e Distribuidores de Veículos de Santa Catarina."

Na ocasião todos tiveram tempo para externar o seu pensamento contra a prorrogação da CPMF, esse tributo que, com certeza absoluta, vem onerando a carga tributária deste país, vem dificultando a geração de empregos e vem onerando, no meu entendimento, aqueles menos favorecidos.

Nobres pares, um deputado disse da tribuna desta Casa que a classe assalariada do país estava realmente sendo beneficiada com o programa Bolsa Família e tantos outros, em virtude do dinheiro arrecadado da CPMF. Mas a CPMF, srs. deputados e catarinenses que nos ouvem, não foi criada para o Bolsa Família, para outras situações ou para fazer caixa do governo! Mas o deputado foi muito taxativo nesta tribuna, há uns 20 dias, afirmando que se a CPMF fosse cessada talvez o governo não pudesse dar suporte ao Bolsa Família.

Entendo que não é verdade. O governo Lula fez uma previsão de arrecadação a mais na LDO, para o exercício de 2008, em torno de R\$ 60 bilhões, fora os R\$ 39 bilhões que são previstos, se houver a prorrogação da CPMF. Então, se ele está prevendo já com o dinheiro que tem o governo federal em caixa um superávit na arrecadação na ordem de R\$ 60 milhões, não será a CPMF que, se não for realmente prorrogada, deixará de ajudar as famílias brasileiras. E realmente muitas necessitam do Programa Bolsa Família, do Fome Zero e de tantas outras coisas.

Sr. presidente, deputado Antônio Aguiar, e srs. deputados, quero dizer que o deputado Décio Góes, presente neste momento, participou conosco, colocou o seu pensamento. E, por sinal, algumas pessoas que lá estavam se posicionaram a respeito da colocação do deputado Décio Góes a favor da prorrogação, dentro de uma luz, de uma ótica que todo mundo tem. Portanto, foi muito boa a contribuição de s.exa. na última quarta-feira pela manhã.

Também tivemos a participação do deputado Darci de Matos, nosso representante de Joinville, que esteve conosco por mais de uma hora dando a sua contribuição, fazendo a explanação do seu pensamento de discórdia quanto à prorrogação da CPMF.

Foram momentos de extrema importância, porque entendo que o Parlamento de Santa Catarina deveria se pronunciar oficialmente, já que debatemos esse assunto desta tribuna "n" vezes. E o prazo final está-se esgotando, haja vista que o relatório do relator da comissão de Justiça da Câmara Federal já deu o seu parecer favorável. E o Parlamento de Santa Catarina não poderia ficar só no discurso.

Então, sr. presidente e srs. deputados, na nossa reunião da Frente tiramos um documento que será encaminhado a todos os deputados da Frente Parlamentar Catarinense, a todos os presidentes dos partidos representados na Câmara Federal, a todos os senadores da República, dizendo que temos uma posição contra a prorrogação da CPMF. E muitos concordam que ela realmente não traz benefícios para a sociedade, porque a finalidade do investimento na educação não está sendo respeitada.

Se for aprovada a PEC n. 50, vamos dar realmente a possibilidade de o governo Lula jogar aberto com o dinheiro pago pelo povo em "n" situações. E não quero falar aqui na criação de novos empregos, que o governo Lula vem fazendo quase que diariamente. Deixarei isso para outra oportunidade. Mas gostaria de convidar a sociedade da região da Grande Florianópolis para, no próximo sábado, dia 1º de setembro, no município de São José, juntamente com o FCDL, Aemflo, outras entidades, os empresários e as pessoas comuns que são contrários à prorrogação da CPMF, participar de uma manifestação, no bairro Kobrasol, logo depois do desfile de Sete de Setembro, no meu município, que vai ser no dia 1º, para que as escolas acompanhem depois o desfile oficial.

Antes de encerrar, quero trazer ao conhecimento da sociedade de Santa Catarina que dei entrada ao Projeto de Lei n. 0150/2007, que assegurava aos portadores de deficiência visual o direito de receber os boletins de pagamento de contas de água, energia elétrica e telefônica confeccionados em braile.

Respeito, mas estranho a posição do deputado relator Joares Ponticelli, que rejeitou o projeto na comissão de Constituição e Justiça, alegando que o meu projeto extrapolava o que determina a Constituição Federal, se não me engano, no art. 20, que as agências reguladoras de energia, água e telecomunicações são reguladas através da Constituição Federal.

Srs. catarinenses, entendo que essa situação, sim, para majorar taxas, para a expansão de redes e tantas outras coisas deva ser regulada através da Constituição Federal. Agora, o meu projeto de lei pedia única e exclusivamente que as contas fossem realmente confeccionadas em braile, como já existe em outros estados. Não fui eu o mentor, não, outros estados da federação já o fazem. E o deputado Joares Ponticelli deu parecer contrário, arquivando a matéria. Mas volto a dizer que talvez não tenha havido o entendimento. Ele pediu informações, e as informações solicitadas pelo deputado relator às entidades ele não apresentou no parecer. Se é que elas mandaram alguma orientação de inconstitucionalidade, o nobre deputado não fez apenas no projeto.

Então, entendo, até prova em contrário, que talvez tenha havido um equívoco do nobre deputado Joares Ponticelli no meu projeto ou não sei se ele levou para o lado pessoal.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra o sr. deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente e srs. deputados, quero cumprimentar todos que nos assistem aqui, neste plenário, os catarinenses que nos acompanham pela TVAL e os ouvintes da Rádio AleSC Digital.

Inscrevi-me hoje para falar sobre o Projeto de Lei n. 0387/2007, que ontem protocolei nesta Casa, que fala das contratações públicas da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa. Mas antes disso preciso fazer um esclarecimento. Hoje, ao abrir os jornais, li uma nota do colonista Paulo Alceu que diz o seguinte:

(Passa a ler.)

"Vibrando

'Este Estado está explodindo', evidenciou o governador Luiz Henrique lembrando que a descentralização impulsionou o desenvolvimento, até porque o Poder Público é um grande impulsionador. Destacou que o seu governo investiu R\$ 4 bilhões, até agora, em todas as regiões, sem discriminação."[sic]

Isso me chamou a atenção, porque os dados que discutimos, deputado Sílvio Dreveck, no debate do Orçamento Regionalizado não eram esses. Fui buscar as informações que a secretaria da Fazenda passa, que são públicas, fui dar uma olhada nos números, mas eles não confirmam. Não sei o que o governador está falando.

Em 2003, R\$ 511.7 milhões; em 2004, R\$ 501.5 milhões; em 2005, R\$ 695.9 milhões; em 2006, R\$ 633.9 milhões. O total disso, conforme o que foi passado pela secretária da Fazenda para nós, são R\$ 2.3 bilhões em quatro anos. E o governador deveria dizer: "Bom, há outros recursos em jogo, há o recurso federal repassado para o estado: R\$ 59 milhões por ano da Cide, além do repasse da habitação".

Deputado Elizeu Mattos, se o PMDB tem cinco ministérios e está recebendo recursos do governo federal, acho que o governador deveria ser sincero e esclarecer ou pelo menos deveríamos ter essa informação, porque se a imprensa divulga um dado e a secretária da Fazenda divulga outro dado, acho que é importante esta Casa ter as informações corretas.

Outra coisa que está me intrigando muito nos últimos dias na imprensa é que agora começou o empurra-empurra de quem é a responsabilidade sobre a questão da venda das contas do Besc. Está claro que o estado de Santa Catarina, quando da época da federalização do Besc, tem um contrato assinado. Se não foi este governador que assinou esse contrato, foi um outro. Está claro que se alguém assina em nome do governo, o próximo governador que virá terá que assumir a responsabilidade. Então, começar a discutir aqui agora se é esse ou aquele o responsável não adianta. Está havendo um comentário de que a senadora Ideli Salvatti e o deputado Carlito Merss são as pessoas responsáveis por esse processo do Besc não estar andando. Está claro no contrato que o estado não iria receber nada pelas contas do Besc. Isso está no acordo! Agora, a União está disposta a pagar o recurso para o estado. E isso já foi confirmado.

Essa questão está muito tranquila e tem que ficar muito clara: existe um recurso em jogo, esse recurso tem contrato, existe um acordo na federalização, existe uma dívida que o estado e a União têm a tratar nessa questão da federalização do Besc, pela situação em que ele estava. Então, não tem jeito ficar discutindo essas coisas, dando dados e informações. É preciso esclarecer isso, inclusive para a imprensa catarinense, tanto sobre essa questão dos dados que o governo fala, quanto sobre a questão do Besc, do empurra-empurra, de quem tem responsabilidade e do empecilho, como se o PT não quisesse que o banco continuasse público. É preciso esclarecer e é preciso respeito agora na questão da incorporação ao Banco do Brasil e na questão que os funcionários estão debatendo, sobre criar um banco regional sul, através do Besc.

Srs. deputados, também quero falar sobre o importante projeto que apresentamos ontem, depois de um amplo debate realizado em Santa Catarina.

O deputado Décio Góes tem participado da maioria das audiências públicas e dos debates que vimos fazendo aqui desde maio. Inclusive, tínhamos uma preocupação porque o prazo para a lei entrar em vigor estava acabando e não tínhamos feito nenhum debate em Santa Catarina. Como existe a visão de que tudo o que vem do governo federal para o governo do estado não presta, o estado, deputado Elizeu Mattos, na nossa avaliação, de certa forma virou as costas para a questão da Lei Geral e não queria discutir profundamente a questão.

Infelizmente, até hoje ainda não temos o comitê gestor aqui, porque muitas coisas já poderiam ter sido resolvidas lá atrás. Agora, deputado Elizeu Mattos, temos uma grande responsabilidade no processo. Não estamos dizendo se houve ou não algum problema. É verdade que a lei vem numa perspectiva de redução concreta dessa guerra fiscal que não ajuda ninguém neste nosso país, quer dizer, ela vem nessa perspectiva. Agora, sempre dissemos desde o início que poderíamos discutir uma alternativa para Santa Catarina, que é um caso especial, e que deveríamos discutir com o governo federal, no Confaz, pelo menos uma alternativa transitória. E isso para nós está muito claro, porque finalmente conseguimos convencer a secretária da Fazenda a levar para o Confaz uma proposta de alternativa para Santa Catarina. Até já falei dias atrás neste plenário que poderíamos levar essa proposta para o Confaz, mas não foi aceito.

Srs. deputados, na aprovação do Prodec, o líder do governo falou neste plenário, neste microfone, que o Confaz havia dado um prazo para os estados regulamentarem as suas políticas de incentivo às empresas. E aí foi aprovado o Prodec, nossa avaliação, sem ser discutido mais profundamente, porque não tínhamos mais tempo para isso, pois no dia 30 de julho terminaria o prazo que o Confaz deu para os estados fazerem suas políticas específicas. E agora estamos atrasados, estamos correndo atrás do prejuízo. A reunião foi marcada para o dia 21 e foi transferida para o dia 4. E esperamos que essa reunião saia. Claro que isso demonstra que o estado está levando uma proposta para o Confaz. Essa idéia é louável, mas o problema é que estamos atrasados e perdemos o prazo que o Confaz deu para estados fazerem a sua regulamentação. Mas entendo que ainda é possível unificarmos as nossas bancadas federais e construirmos uma proposta alternativa para Santa Catarina. E essa é a principal questão que estamos colocando hoje.

Então, estamos apresentando aqui um projeto de lei, que visa regulamentar a aplicabilidade dos arts. 47, 48 e 49, constantes do Capítulo V, do acesso a mercados. É um dos artigos da Lei Geral que garante a participação das micro e pequenas empresas nas compras governamentais até R\$ 80 mil, com a cota de até 25% do objetivo para a contratação de microempresas e de pequeno porte em certames para a aquisição de bens e serviços de natureza divisível. Isso equivale em torno de R\$ 65 bilhões, dos R\$ 260 milhões previstos para as compras dos governos atualmente em pequenos empreendimentos. Hoje fornece 17%, mas podemos ampliar muito, ou seja, de R\$ 44 bilhões, que são para as compras governamentais, para R\$ 65 bilhões.

Então, entendemos que Santa Catarina tem um papel importante também na aprovação dessa lei, que visa incentivar as nossas micro e pequenas empresas.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Pois não!

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Deputado Dirceu Dresch, quando se fala em investimentos - e falo como ex-secretário regional, como ordenador das questões de uma região -, podemos pegar números da Fazenda, até para um debate, mas nada de críticas. O que é investimento de uma região? Existem financiamentos que não aparecem, como a Celesc, a Casan; existem incentivos fiscais para as empresas, que são recursos do estado; também existem fundos e outras parcerias com o governo federal. Então, temos que analisar não friamente, mas puxando da Fazenda o assunto da Fazenda. E eu não duvido, mas tenho certeza, de que só a nossa região tenha ultrapassado R\$ 200 milhões em três anos e meio.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Nós também teremos amanhã o lançamento do Plano Safra, que é um movimento importante que vai acontecer neste próximo período, inclusive com a liberação dos recursos. E estaremos em São Miguel d'Oeste, em Chapecó, em Joaçaba, em Mafra e também em Rio do Sul, lançando esse grande Plano Safra, que é importante...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Inscrito o sr. deputado Décio Góes, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Sr. presidente, srs. deputados, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alecs Digital, público presente, quero falar sobre a questão da CPMF que o deputado José Natal colocou há pouco.

Participei da instalação do Fórum Contra a CPMF e entendo que devemos propiciar - e essa é nossa tarefa - o debate democrático, respeitando as opiniões divergentes, mas também tendo espaço para podermos colocar as questões como elas são.

Inicialmente, o prazo da CPMF foi prorrogado. E quando isso aconteceu, o governo esperava que a reforma tributária fosse aprovada nesse interim. E uma das propostas dessa reforma seria engolir vários impostos, entre eles a CPMF, simplificando o sistema tributário nacional, que hoje é extremamente oneroso tanto para o governo fiscalizar e arrecadar quanto para as empresas e a sociedade pagarem. Como não houve a prorrogação ou a aprovação da reforma tributária, é importante e necessário que ele continue mais um período, até que se possa ter a reforma tributária aprovada.

Agora, é um imposto dividido entre os municípios e está sendo aplicado para os objetivos para os quais foi criado. Inicialmente o valor era de 0,20% para o Sistema Único de Saúde, porque, na época, imaginava-se que um terço a mais do orçamento da Saúde seria suficiente para resolver todos os problemas dessa área, o que não se revelou de fato uma verdade. Os 0,20% seriam aplicados integralmente no Sistema Único de Saúde, desta forma, descentralizando a saúde para os estados e municípios; 0,10% ficariam para o Fundo de Erradicação à Pobreza, e quem foi prefeito sabe muito bem quais os benefícios que o Bolsa Família traz para a comunidade; 0,08% ficariam para a previdência, para ajudar a cobrir o rombo, que é de conhecimento de todos, e transformado em aposentados, principalmente os aposentados sociais, que chegam diretamente aos municípios. As pessoas, através do Portal da Transparência, www.portaldatransparencia.gov.br, podem ter uma noção da aplicação desses recursos do governo federal e da necessidade de prorrogar a CPMF, enquanto a reforma tributária não vem.

Sobre essa questão do Besc que o deputado Dirceu Dresch colocou, considero que não tem nem comentários. É uma cortina de fumaça para poder esconder a paralisia do governo estadual. Essa é a definição que dou para a afirmação infeliz que está na imprensa na data de hoje.

Quero me congratular com a comissão de Finanças e Tributação, que aprovou, não em audiência pública como eu havia solicitado, a fim de discutirmos a aplicação e o pagamento do art. 170 aqui no estado de Santa Catarina, mas ela aprovou então uma primeira idéia que seria convidar o secretário Paulo Bauer para vir até a comissão prestar esclarecimentos. E se não ficarmos satisfeitos, então, faremos a audiência pública.

Quero parabenizar a idéia do deputado Gelson Merísio e a eloquência que o deputado Jorginho Mello mostrou ao defender o art. 170, lembrando sempre que o deputado Pedro Uczai e tantos outros deputados de legislaturas anteriores lutaram, andaram em audiências públicas pelo estado, para implantarem, aprovarem por unanimidade o projeto, como realmente foi, do art. 170. A lei já existe; agora, precisamos aplicá-la. O que não pode acontecer é continuarmos recebendo, como eu recebo, cada vez que vou para o interior do estado, reclamações constantes sobre o não-pagamento do art. 170.

Agora deveria estar sendo paga a quarta parcela, e vêm os deputados da base do governo fazer uma festa danada porque mal pagaram a segunda parcela, fazendo com que o diretório, por exemplo, do Centro Acadêmico Benedito Narciso da Rocha, do curso de Direito da Unesc, no sul do estado, da Universidade do Extremo Sul Catarinense, entrasse no Ministério Público com uma reclamatória para o pagamento do art. 170, pois o não-pagamento leva os alunos a um constrangimento muito grande. O não-pagamento é uma situação de humilhação permanente, pois precisam dar explicação para a instituição, além do constrangimento que têm que passar seja no momento da matrícula ou da rematrícula. Enfim, o não-pagamento cria uma série de humilhações desnecessárias para todos que se esforçam, para quem está trabalhando durante o dia e estudando à noite, cuidando da sua família, exercendo muitas atividades.

Então, parabéns à comissão de Finanças e Tributação, pois hoje de manhã concordou em convidar o secretário Paulo Bauer para vir a esta Assembléia Legislativa dar explicações e apresentar o cronograma que tanto se fala aqui nesta Casa. Se não der certo, faremos uma audiência pública. E todos os estudantes de Santa Catarina serão convidados, embora já estejam também convidados a virem à comissão de Finanças e Tributação.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Concedo um aparte ao deputado Joares Ponticelli.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Deputado Décio Góes, quero cumprimentar v.exa. por novamente trazer esse assunto para discussão neste plenário.

Eu não estava em plenário outro dia, mas informaram-me que um deputado veio aqui comemorar porque o governo, parece-me, pagou a segunda parcela das oito. Só que estamos no final de agosto, e das oito parcelas ainda faltam seis. E alguém do governo veio aqui comemorar e dizer que Luiz Henrique da Silveira, aquele homem bom, aquele homem sério, estava pagando a segunda das oito, ou seja, confirmando o atraso! E se estivesse em dia, não estaria fazendo mais que a obrigação, que é cumprir aquilo que o art. 170 da Constituição determina. Mas não está em dia, e eles ainda têm coragem de comemorar. Enquanto isso os estudantes têm que entrar na Justiça para evitar o constrangimento por toda Santa Catarina.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Obrigado, deputado Joares Ponticelli.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Pois não!

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Quero, deputado Décio Góes, cumprimentá-lo pelos temas que traz. Uma das coisas que não consigo entender é como os mesmos que criaram a CPMF hoje estão tão revoltados. Será que é porque estamos com um conjunto de políticas sociais e econômicas? Será que é porque o nosso país está funcionando e mais de 50% dos recursos são investidos em saúde?

Então, de fato, esse é um questionamento que fica muito forte para mim, que fica no ar.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Obrigado, srs. deputados que me deram aparte e ajudaram a enriquecer esse debate.

Obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Inscrito para falar, em Explicação Pessoal, o sr. deputado Edson Piriquito, por até dez minutos.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - É apenas para fazer um registro e para fazer um esclarecimento ao deputado José Natal, pois acompanhei o final da manifestação de s.exa. acerca do meu parecer num projeto de lei do deputado José Natal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - V.Exa. dispõe de um minuto.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - O parecer que apresentei, que é contrário ao projeto, não foi por vontade própria, mas é baseado na Constituição. O projeto é flagrantemente inconstitucional. Não sou eu quem está dizendo, mas a Constituição. O deputado tem direito de recorrer, pode fazer recurso ao Plenário. Mas só quero lembrar que o meu voto é um, e todos os deputados da base do governo votaram a favor do meu parecer. Foi unânime a aprovação do meu parecer, porque o projeto é inconstitucional.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra o sr. deputado Edson Piriquito.

O SR. DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Sr. presidente, srs. deputados, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, a minha saudação.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Antes de iniciar a minha fala, quero conceder a oportunidade ao nobre deputado Elizeu Mattos de dar continuidade à sua explanação, quando fez, em aparte, ao nobre deputado Dirceu Dresch.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Muito obrigado, deputado Edson Piriquito, por poder ocupar um pouco do horário de v.exa, pois não tive tempo, deputado Sílvio Dresch e deputado Edson Piriquito, de explicar a questão orçamentária, financeira e de desenvolvimento de aplicação nas regiões do estado de Santa Catarina.

Nós, deputado Dirceu Dresch e deputado Edson Piriquito, se buscamos simplesmente no computador os recursos da Fazenda... E não estamos falando de recursos investidos do governo numa região. Eu fui secretário. Existe o Prodec e outros incentivos para a instalação de empresas, existe a Casan e a Celesc.

Só para se ter uma idéia, na nossa região foram investidos milhões e milhões em eletrificação, em parceria, temos que reconhecer, com o governo federal, mas que não é das maiores, como se anuncia, que não chega a ser aquilo que está sendo anunciado.

Mas é preciso fazer justiça.

Discutiu-se o Orçamento Regionalizado, que não foi cumprido na minha região. Havia recursos para rodovia, mas não foi cumprido. Mas não pode ser assim. Não pode funcionar assim! O Orçamento é uma coisa, a sua aplicação é outra, e o financeiro também é uma outra coisa. Na verdade, temos que trabalhar num todo. E para isso estou à disposição desta Casa. Fui secretário regional, sr. presidente e srs. deputados, e estou à disposição para quando houver dúvidas sobre o que eu souber. E quando eu não puder dirimir dúvidas, irei procurar alguém que saiba mais do que eu e que possa dar esclarecimentos, porque, senão, daqui a pouco, e sei que não é essa a intenção do deputado, iremos começar a chamar as pessoas de mentirosas quando comentarem algum assunto, que na verdade não o são.

Eu sei que o estado de Santa Catarina, com a descentralização, deu um grande salto de desenvolvimento, o que é visível, só não vê quem não quer. E falo isso baseado na minha região, pelo crescimento que aconteceu! É um novo momento que estamos vivendo com a descentralização e o apoio do nosso governador Luiz Henrique.

Agradeço por poder esclarecer algumas coisas que talvez pareçam inverdades, mas elas não são nem meias verdades, elas são, sim, verdades por inteiro.

O SR. DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Muito bem, deputado Elizeu Mattos. A nobreza, a serenidade da sua fala revela a qualidade do seu conhecimento e o equilíbrio que v.exa. tem para discutir o assunto que for. Eu creio que é desta maneira que a sociedade catarinense espera que seja o comportamento dos seus representantes.

Por isso, parabeno v.exa., porque v.exa. tem-se prestado, tem-se dedicado muito para tentar fazer com que aquilo que o governo não esteja conseguindo realizar seja feito, no sentido de que consiga buscar a solução dos problemas existentes.

Com certeza, todo governo, como aqui já dissemos por diversas vezes, tem problemas, sim! E os deputados que foram prefeitos sabem disso! Alguns deles tentam esquecer ou se fazem de esquecidos, inclusive respondem na Justiça, ainda, por algumas pendências, alguns problemas administrativos que não conseguiram resolver quando foram prefeitos. Não que tenham cometido qualquer tipo de irregularidade, mas que foram cometidos ou surpreendidos devido à questão de modelo de gestão administrativa.

Nobres deputados, quero falar, deputado Elizeu Mattos, sobre o que foi discutido hoje, que foi trazido à baila pelo deputado Décio Góes, que veio aqui dizer que seria necessário fazer audiência pública sobre o art. 170.

Se analisarmos friamente, ao fazermos uma audiência pública a respeito do art. 170, aquele aluno que está tentando se inscrever para conseguir o benefício constitucional que Santa Catarina muito bem vem fazendo pode pensar que o governo é o vilão, porque se houver algum problema, alguma dificuldade para ele conseguir o benefício na escala de critérios que o artigo prevê e que a lei regulamenta, ele pode pensar: "Vou nessa audiência, porque o governo não me está dando o que preciso".

Há uma escala de carências, há uma ordem da escala social da pessoa, há o carente 1, o carente 2 e o carente 3. Mas falado dessa forma e fazendo a audiência o que é que querem? Querem transformar um problema, que é grande e grave e não é somente do estado de Santa Catarina, é de todo o país, que é a falta do acesso ao ensino universitário, num palanque eleitoral. Trazer aqui os alunos que não conseguiram acesso ao ensino superior, trazer a esta Casa as universidades que porventura tenham alguma parcela atrasada, trazer as pessoas que podem ter esse descontentamento, não tem nenhum outro cunho a não ser fazer palanque eleitoral fora de época de eleição, o que pode ser até crime, pela extemporaneidade.

Agora, vejamos bem: da mesma forma, deputado Antônio Aguiar, podemos falar da falta de responsabilidade, eu não quero aqui conotar nada de questão política, do governo federal!

Em Santa Catarina, é bom que a comunidade e que a população catarinense saibam, temos uma única universidade federal, a UFSC, que tem matriculados em torno de 17 mil alunos através do governo federal, e os alunos beneficiados pelo governo estadual com o art. 170 somam mais de 25 mil. Ou seja, estamos dando mais acesso à universidade via estado do que via governo federal! E aí veio o PAC, veio isso e aquilo, mas não veio nenhum investimento para a construção de mais um campus para a Universidade Federal de Santa Catarina, não veio a ampliação para a Universidade Federal de Santa Catarina.

Então, temos que ver que o governo do estado tem parcela atrasada do art. 170, sim, mas não vai ficar devendo, não! Vai pagar? Vai! Ninguém está querendo dificultar nem está fazendo jogo político de não querer pagar. O que está acontecendo é uma dificuldade administrativa momentânea, que será superada, com toda a certeza. Agora, querer fazer disso um palanque eleitoral e fazer de conta que há necessidade de fazer audiência pública por qualquer coisa, eu não entendo. Não posso entender de outra maneira senão a de querer brincar com a inteligência das pessoas.

Para fazer toda uma análise social, podemos falar sobre o SUS, porque eles falam sobre a Saúde. Quanto o SUS paga para um médico? O senhor que é médico, deputado Antônio Aguiar, quanto o SUS paga para um médico por uma consulta ou por um procedimento? Paga o justo? Não paga! Quem é responsável pelo SUS? A Lei 8.080, que implementou o SUS no Brasil. É de competência de quem? Do governo federal!

Então, temos que ter a condição de discutir as deficiências, os problemas e buscarmos as soluções, mas sem transformar a carência, a necessidade do nosso povo e da nossa gente em palanque eleitoral, porque vai virar moeda de troca, e vamos ficar só falando daquilo que não funciona e dizendo que "se for eleito vou fazer". Que nada! É história! Eles vão ser eleitos e também vão ter as mesmas dificuldades. Isso, se forem eleitos!

Portanto, temos que ter muito cuidado e muita firmeza nesse trato para que não brinquemos com a expectativa daquele que espera que tenhamos mais segurança nas ruas, que é um dever, uma obrigação nossa, daquele que está há 30 dias, 60 dias, 90 dias, 120 dias no município, deputado Antônio Aguiar, esperando por um atendimento médico.

Em Balneário Camboriú, pasmem, temos um único médico urologista. Vejam, Balneário Camboriú, que é uma cidade tremenda, formidável, uma cidade maravilhosa, só tem um médico urologista. A média de espera para uma consulta com esse médico no sistema público municipal chega a 120 dias. Se for uma emergência, a pessoa vai para o hospital, que é privado e que hoje está misturado com o comitê gestor não sei de onde, com caráter filantrópico, mas que recebe dinheiro público do SUS e que no fim não resolve, e as pessoas ficam lá esperando, e muitos perdem a vida.

Isso, sim, deputado Dirceu Dresch, temos que discutir para buscar a solução do problema. Temos que colocar o dedo na ferida, dizer que o governo federal peca muito e que o governo estadual também tem que melhorar, mas não vamos fazer palanque eleitoral com o único intuito de receber votos nas eleições, seja ela da esfera que for. Vejo dessa maneira e penso que o foco aqui se está perdendo muito. Mas isso faz parte e assim funciona o Parlamento.

Espero que consigamos trazer aqui uma resposta a você que está aí, esperando uma modernização e a recuperação da moralidade da classe política sem brincadeiras ou devaneios.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Professor Grandó, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDÓ - Sr. presidente, companheiras deputadas e deputados, sabemos que vivemos numa federação e que o que está em lei, o que está na Constituição, é responsabilidade do governo federal retribuir às partes que constituem a federação, naquilo que é estabelecido constitucionalmente.

Nunca ouvi falar que o governador Luiz Henrique da Silveira se referiu ao Fundo de Participação dos Municípios como retorno para cada prefeitura, porque é uma célula! É o ente municipal que constitui o estado, e os recursos federais vão para todo o país e para todos os estados como sendo uma determinação constitucional. É dessa forma que se governa.

Por que estou falando isso? Estou falando porque um ente federado ficou fora da distribuição daquilo que é justo e correto e que outros estados tiveram. Até porque com a descentralização e a desconcentração não mais podemos pensar de forma estanque de província ou de forma estanque de um estado, mas o Plano de Aceleração da Segurança contemplou o Paraná e o Rio Grande do Sul e não contemplou Santa Catarina, que também é um ente federado.

Então, sr. presidente e companheiros deputados, estou fazendo uma moção em nome desta Casa. É o Poder Legislativo se manifestando ao presidente da República e à ministra Dilma Rousseff, para que olhem com atenção e não numa pequena discussão. Não se admite mais, nos tempos modernos, as discussões. Só porque este estado tem menos criminalidade não vai ser beneficiado com a política de incentivo à segurança que todo cidadão precisa? Essa prática era feita antigamente, quando se dizia que Santa Catarina não tinha nenhuma região metropolitana, não tinha nenhum grande centro.

Ora, aquilo que é vantagem, aquilo que solidifica o modelo catarinense, sofre prejuízo como ente federado de Brasília. A nossa capital já deixou de receber recursos

dos Transportes, da Infra-Estrutura e até mesmo da Saúde, porque não era o que se chamava de forma acéfala, de área descontrolada, de uma região metropolitana ou grande, mas isso era há 20 anos, 30 anos.

Essa prática própria de um regime ditatorial não pode ser a mesma de um governo que se diz moderno, participativo, mas que exclui Santa Catarina, porque tem um modelo bom, porque é o estado, entre todos os outros do país, que menos tem problemas de segurança. Temos muitos, mas eles dizem que é o que menos tem, pela pesquisa.

Então, não ajuda, exclui mais uma vez. Por fazermos uma política coerente e correta, estamos sendo prejudicados, não poderemos melhorar. Eu explico o motivo: não quero discutir a questão de um estado isoladamente, mas quero discutir a política de uma região, a região sul, que é modelo, e não podemos falar na região sul se Santa Catarina não estiver integrada.

Só para v.exas. terem uma idéia do que nós mencionamos, o estado de Santa Catarina, em função da atividade turística, vê praticamente dobrar a sua população no litoral, principalmente na região da Grande Florianópolis. As recentes operações policiais no estado de ampla repercussão nacional e internacional indicam a necessidade de investimentos em inteligência policial, equipamentos, valorização e ampliação do efetivo de forma integrada com os demais estados da região sul.

Requeiro o encaminhamento da moção ao excelentíssimo sr. presidente da República e à excelentíssima sra. ministra Casa Civil, nos termos abaixo, em nome desta Casa. Por quê? Porque os investimentos em segurança pública lançados pelo governo federal, através do PAC, não contemplam o estado de Santa Catarina.

Essa é uma reivindicação justa, o nosso estado é um exemplo, tem que ser melhorado e aperfeiçoado. Nós vamos ser prejudicados por isso? Por estarmos cumprindo a lição de casa? Necessitamos desse investimento do PAC, até para nos integrarmos a uma região, que é a região sul, para que possamos ter segurança conjunta, porque tendo o PAC no Paraná e no Rio Grande do Sul, Santa Catarina que concentra turistas desses estados vai sofrer as consequências no verão e consequentemente o ano todo do prejuízo com segurança. Um dos itens que todo o turista coloca é a questão de segurança.

O Sr. Deputado Décio Góes - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDÓ - Pois não!

O Sr. Deputado Décio Góes - Deputado Professor Grandó, é importante que se discuta cada vez mais segurança pública, porque é um tema que realmente está no dia-a-dia do povo catarinense, e não podemos esquecer das atribuições do estado perante a segurança. Mas neste primeiro momento o PAC foi destinado às sete regiões metropolitanas mais graves do país.

Por um lado, devemos ficar contentes por não estarmos entre as sete regiões com maior índice de violência do país, mas também não podemos deixar de reivindicar os recursos e vamos trabalhar para isso. Esperamos ser contemplados num segundo momento. Sabemos que o nível de violência do estado de Santa Catarina ainda não chega a ser um dos sete piores.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDÓ - Agradeço o seu aparte, nobre deputado. Tenho certeza de que v.exa. apoiará essa reivindicação, até porque baseamos a nossa justificativa no exemplo do Rio de

Janeiro, onde o governo federal viu que para combater o crime é necessário inteligência, reaparelhamento, educação, infra-estrutura e parcerias com outros estados.

Ainda temos as rotas, a questão internacional, que não falamos, porque Santa Catarina é um estado que tem fronteiras internacionais, tem porto seco e deve ter muitos problemas. Isso tudo irá se somar numa reivindicação que entendemos ser justa dentro de uma programação comum, que não é específica para uma ou outra região.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDÓ - Pois não!

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Nobre deputado, desejo cumprimentar v.exa. pelo pronunciamento que faz e dizer que de fato o estado, em âmbito nacional e estadual, tem que ter mais preocupação com a questão da segurança e com o orçamento da segurança. Defendemos uma verba destinada especificamente à Educação, carimbada no Orçamento, e que tenhamos a mesma situação para a Segurança Pública que já existe para a Saúde e para a Educação.

É preciso que o governo federal também invista na segurança pública em Santa Catarina, para que não cheguemos à situação que outras regiões e outros estados já chegaram. É preciso investir para que não cheguemos a nos tornar uma região metropolitana tão grave quanto São Paulo e Rio de Janeiro, e não estamos longe disso. Santa Catarina já é um estado com um índice de criminalidade bastante alto, inclusive nas cidades de pequeno e médio porte, e é preciso mais investimento público em nível estadual e federal para podermos fortalecer a segurança pública.

Todos os prefeitos, as câmaras de vereadores, as comunidades, têm requerido viaturas, efetivo e mais estrutura. Precisamos, com certeza, de recursos do governo federal para a área da segurança, assim como uma rubrica garantida do próprio governo do estado.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDÓ - Sr. presidente, para finalizar e agradecendo os apertes, quero registrar aquilo que em Física costumamos dizer: As vezes a soma das partes é maior do que um todo. Por quê? Porque tem uma potencialização, uma sinergia, um aproveitamento.

Então, se Santa Catarina for incluída com Paraná e Rio Grande do Sul nessa questão do PAC da Segurança, irá potencializar ainda mais o combate à criminalidade. E de forma inteligente ir-nos-emos ajudar. Santa Catarina vai ajudar o Rio Grande do Sul e vice-versa, Santa Catarina vai ajudar o Paraná, o Paraná vai ajudar Santa Catarina e, de forma conjunta, todos estarão cuidando da segurança na nossa região sul do Brasil.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Esta Presidência registra a presença do presidente da Adjori.

Seja bem-vindo a esta Casa Legislativa!

Não havendo mais oradores inscritos em Explicação Pessoal, livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência antes de encerrar a presente sessão convoca outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

ATOS DA MESA

ATOS DA MESA

ATO DA MESA Nº 170, DE 30/08/2007

Disciplina e fixa o quantitativo das funções de confiança.

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com amparo no parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: nos termos do art. 17 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006,

Art. 1º ALTERAR o Anexo Único do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007, na estrutura da Coordenadoria de Rádio e da Coordenadoria de Documentação, que passa a vigorar com os quantitativos de funções de confiança de Chefia de Seção - código PL/FC-3, e Assessoria Técnica-Administrativa - código PL/FC-2, na forma especificada abaixo:

SETORES	FUNÇÕES DE CONFIANÇA	
	CHEFIA DE SEÇÕES PL/FC-3	ASSESSORIA TÉCNICA ADMINISTRATIVA PL/FC-2
Coordenadoria de Documentação	03	03
Coordenadoria de Rádio	03	01

Art 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 1º de agosto de 2007.

Deputado Julio Garcia - Presidente
Deputado Antônio Aguiar - Secretário
Deputado Valmir Comin - Secretário

ATO DA MESA Nº 171, de 30/08/2007

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

Art 1º TORNAR SEM EFEITO a designação dos servidores abaixo relacionados, da função de confiança, código PL/FC-2 - Assessoria Técnica Administrativa, lotados na Coordenadoria de Rádio, constantes do Ato da Mesa nº 161/07:

Matrícula	Nome do Servidor
2700	Joao Machado Pacheco Neto
1848	Ivan Althoff de Medeiros

Art 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 1º de agosto de 2007.

Deputado Julio Garcia - Presidente
Deputado Antônio Aguiar - Secretário
Deputado Valmir Comin - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 172,30/08/2007

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, c/c o Ato da Mesa nº /07.

RESOLVE:

Art 1º CONSIDERAR DESIGNADOS os servidores abaixo relacionados nas funções de confiança, lotados na Coordenadoria de Rádio:

MATRÍCULA	NOME DO SERVIDOR	NOME DA FUNÇÃO	CÓDIGO DA FUNÇÃO
2700	JOAO MACHADO PACHECO NETO	SEÇÃO DE OPERAÇÕES TÉCNICAS	PL/FC-3
1848	IVAN ALTHOFF DE MEDEIROS	SEÇÃO DE PROGRAMAÇÃO	PL/FC-3
1943	JOAO ARI DOS SANTOS DUTRA	ATA - APOIO OPERACIONAL	PL/FC-2

Art 2º CONSIDERAR DESIGNADO o servidor abaixo relacionados das funções de confiança, código PL/FC-2 - Assessoria Técnica-Administrativa, lotado na Coordenadoria de Documentação:

MATRÍCULA	NOME DO SERVIDOR	NOME DA FUNÇÃO
1256	ALEXANDRE LUIS SOARES	ATA - CONSULTA E INFORMAÇÃO DO ACERVO DE MICROFILMAGEM

Art 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 1º de agosto de 2007.

Deputado Julio Garcia - Presidente
Deputado Antônio Aguiar - Secretário
Deputado Valmir Comin - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 173, de 30/08/2007

Altera o Anexo Único do Ato da Mesa nº 159, A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com amparo no parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: nos termos do art. 17 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006,

Art 1º Alterar a estrutura da Coordenadoria de Rádio e da Coordenadoria de Documentação, integrante do Anexo Único do Ato da Mesa nº 159, de 15 de agosto de 2007, na forma especificada no Anexo Único deste Ato da Mesa.

Art 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 1º de agosto de 2007.

Deputado Julio Garcia - Presidente
Deputado Valmir Comin - Secretário
Deputado Antônio Aguiar - Secretário

ANEXO ÚNICO

DIRETORIA LEGISLATIVA

Coordenadoria de Documentação

1. Seção Microfilmagem e Informação

- a) preparar a documentação a ser microfilmada e digitalizada, ordenando os papéis e elaborando os índices necessários para a abertura dos microfílmes;
- b) manter os microfílmes organizados para pesquisa;
- c) pesquisar a documentação microfilmada, quando solicitado;
- d) conferir e guardar papéis obedecendo a Tabela de Temporalidade, após microfilmados os documentos, providenciando sua manutenção;
- e) proceder o levantamento dos dados para elaboração de certidões e informações; e
- f) manter atualizado o índice e o quadro dos sistemas de microfílmes.

2. Seção de Documentação e Arquivo

- a) registrar as leis, diplomas, projetos e demais documentos recebidos, catalogando-os e classificando-os em livros próprios, bem como arquivá-los conforme o despacho;
- b) receber e conferir a documentação, observando os despachos;
- c) conservar os documentos em condições de manuseio, recuperando os papéis quando necessário;
- d) manter arquivo indexado em ordem alfabética e cronológica;
- e) atualizar mensalmente o índice dos arquivos;
- f) protocolar as proposições desarquivadas; e
- g) atender as solicitações de consulta.

3. Seção de Controle e Manutenção do Banco de Dados da Legislação Estadual

- a) indexar diariamente a legislação publicada;
- b) atualizar alterações para promover a consolidação virtual;
- c) escanear as normas internas (resoluções, decretos e outros) após sua publicação, indexar, promover as alterações, mantendo atualizado o banco de normas da Assembleia Legislativa na intranet;
- d) revisar diariamente as anotações produzidas; e
- e) atender as solicitações sobre a legislação disponibilizada.

4. Assessoria Técnica-Administrativa - Pesquisa e Consolidação

- a) promover a pesquisa processual e na legislação sempre que necessário as atividades do banco da legislação;
- b) lavrar e digitar as certidões solicitadas;
- c) manter atualizados os serviços de e-mail e de atendimento de pesquisa no banco da legislação;
- d) realizar relatórios mensais sobre a legislação, no que se refere a erros de técnica redacional e legislativa, digitação, duplicação de normas, numeração etc., com a finalidade de consolidação virtual e correção; e
- e) promover a consolidação virtual.

5. Assessoria Técnica-Administrativa - Pesquisa e Arquivamento de Documentos

- a) zelar pelo patrimônio documental;
- b) prestar assessoria nos serviços de pesquisa e arquivamento de documentos;
- c) atender ao público; e
- d) promover a manutenção dos arquivos internos e externos.

6. Assessoria Técnica-Administrativa - Consulta e Informação do Acervo de Microfilme

- a) ordenar toda a microfilmagem;
- b) manter atualizado o acervo de microfilme; e
- c) pesquisar e disponibilizar cópias de microfilme.

DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Coordenadoria de Rádio

1. Seção de Jornalismo

- a) responsabilizar-se pela produção jornalística da emissora, cobertura de Sessões e Comissões, entrevistas e debates.

2. Seção de Programação

- a) responsabilizar-se pela grade de programação da emissora e pela produção dos programas em estúdio.

3. Seção de Operações Técnicas

a) responsabilizar-se pelas operações técnicas e guarda dos equipamentos.

4. Assessoria Técnica-Administrativa - Apoio Operacional

a) acompanhar boletins de rádio;
b) auxiliar na divulgação de comunicações internas no sistema de som.; e
c) auxiliar as Chefias de Seção no desenvolvimento de suas atividades.

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 174, DE 30/08/2007

Dispõe sobre os critérios para a composição de Comissão Legal.

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com amparo no artigo 63, parágrafo único do Regimento Interno da Assembléia Legislativa, e nos termos do art. 17 e Anexo III-C da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006, alterada pela Resolução nº 04, de 31 de janeiro de 2006.

RESOLVE:

Art. 1º A designação dos membros das Comissões Legais obedecerão aos critérios dispostos neste Ato.

§ 1º São Comissões Legais:

- I - Permanente de Licitações;
- II - Elaboração de Editais, Contratos e Cadastros;
- III - Recebimento de Materiais;
- IV - Permanente de Avaliação de Bens Inservíveis;
- V - Sistema de Controle Interno;
- VI - Avaliação de Desempenho Funcional;

VII - Junta Médica;

- VIII - Acompanhamento das Contas Públicas;
- IX - Processo Administrativo Disciplinar; e

X - Sindicância.

§ 2º Excetuadas as Comissões de Processo Administrativo Disciplinar e de Sindicância que têm suas atribuições definidas na Lei nº. 6.745, de 28 de dezembro de 1985, as demais Comissões Legais relacionadas no parágrafo anterior têm suas atribuições e vinculação estabelecidas na Resolução nº 01, de 11 de janeiro de 2006, alterada pela Resolução nº 03, de 31 de janeiro de 2006, e todas têm o número de membros e a respectiva gratificação definidos no Anexo III-C da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006, alterada pela Resolução nº 04, de 31 de janeiro de 2006.

Art. 2º As designações dos integrantes e presidentes das Comissões Legais dar-se-ão por Ato da Mesa da Assembléia Legislativa.

Art. 3º As Comissões Legais serão compostas por servidores integrantes do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa com conhecimento técnico na área de competência da respectiva Comissão e deverão ter lotação nos órgãos da estrutura organizacional de que tratam os incisos II e III do art. 2º da Resolução nº 01, de 11 de janeiro de 2006, alterada pela Resolução nº 03, de 31 de janeiro de 2006.

Parágrafo único. O membro de Comissão Legal que deixar de atender ao critério de lotação será imediatamente dispensado da designação.

Art. 4º O Ato de designação de Comissão Legal será renovado a cada dois anos, facultada a recondução de seus integrantes.

Parágrafo único. O período de renovação da Comissão Permanente de Licitações obedecerá à legislação específica.

Art. 5º O Presidente da Comissão Legal relacionada nos incisos de I a VIII do §1º do art. 1º deste Ato apresentará relatório trimestral ao responsável pelo setor ao qual está vinculada a Comissão, que o remeterá ao Diretor-Geral.

Art. 6º A substituição de membro de Comissão Legal somente ocorrerá quando o titular afastar-se por período igual ou superior a sessenta dias.

Art. 7º Os membros da Comissão Permanente de Licitações deverão ter averbado em seus assentamentos funcionais certificado de capacitação de Pregoeiro.

Parágrafo único. A Comissão de que trata o caput deverá ter pelo menos três servidores bacharéis em direito.

Art. 8º A Comissão de Elaboração de Editais, Contratos e Cadastros deverá ser integrada por servidores com formação de nível superior, sendo no mínimo três bacharéis em direito.

Art. 9º Os membros da Comissão de Controle Interno deverão ter pós-graduação na área de administração pública, título de bacharel em uma das seguintes áreas: administração, ciências contábeis, direito ou ciências econômicas ou ser ocupante de cargo comissionado de Direção e Assessoramento Superior.

Art. 10. A Comissão de Avaliação de Desempenho Funcional será composta por servidores efetivos com formação em nível superior e pelo Diretor de Recursos Humanos que a presidirá.

Art. 11. A Junta Médica será composta por servidores efetivos com formação superior em medicina e lotação na Coordenadoria de Saúde e Assistência.

Art. 12. A Comissão de Acompanhamento das Contas Públicas será composta por servidores efetivos lotados no âmbito da Diretoria de Recursos Humanos, Diretoria Financeira ou Procuradoria de Finanças, sendo pelo menos dois membros com formação em nível superior.

Art. 13. A Comissão de Processo Administrativo Disciplinar e a de Sindicância, exceto quando esta for singular, será composta de três servidores efetivos, sendo o Presidente, de preferência, bacharel em direito.

§1º O Presidente da Comissão designará um dos membros para exercer a função de Secretário.

§2º A Comissão, sempre que necessário, dedicará todo o tempo ao processo disciplinar, ficando seus membros, em tais casos, dispensados das atividades da respectiva lotação sem prejuízo da remuneração.

Art. 14. Este Ato entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a contar de 1º de agosto de 2007.

Deputado Julio Garcia - Presidente
Deputado Antônio Aguiar - Secretário
Deputado Valmir Comin - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 175, DE 30/08/2007

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e nos termos do artigo 17 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006, alterada pela Resolução nº 04, de 31 de janeiro de 2006 e c/c o artigo 2º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007.

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores pertencentes ao Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa para as funções de confiança de Comissão Legal, estabelecidas no anexo III-C, da Resolução nº 002/2006, conforme os anexos I, II, III, IV, V, VI, VII e VIII, integrantes deste Ato.

Art. 2º Ficam revogadas as Resoluções e Atos da Mesa de nºs 716, de 26 de agosto de 1996; 736, de 6 de setembro de 2000; 954, de 18 de dezembro de 2000; 1045, de 12 de junho de 2001; 1207, de 7 de agosto de 2001; 110, de 22 de janeiro de 2003; 1271, de 12 de agosto de 2003; 522, de 23 de fevereiro de 2005; 624, de 7 de março de 2005; 739, de 15 de março de 2005; 1126, de 16 de agosto de 2005; 1165, de 14 de setembro de 2005; 097 de 1º de fevereiro de 2006; 288, de 28 de julho de 2006; e 301, de 24 de agosto de 2006.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar em 1º de agosto de 2007.

Deputado Julio Garcia - Presidente
Deputado Antônio Aguiar - Secretário
Deputado Valmir Comin - Secretário

ANEXO I**Permanente de Licitações**

MATRÍCULA	NOME DO SERVIDOR	
1332	1. HÉLIO ESTEFANO BECKER FILHO	PRESIDENTE
1877	2. ANTÔNIO HENRIQUE C. BULCÃO VIANNA	
1998	3. BERNADETE ALBANI LEIRIA	
2169	4. SINARA LÚCIA VALAR DAL GRANDE	
0947	5. VALTER EUCLIDES DAMASCO	
0775	6. ADRIANA LAUTH GUALBERTO	

ANEXO II**Elaboração de Editais, Contratos e Cadastros**

MATRÍCULA	NOME DO SERVIDOR	
1363	1. MIRIAN DE ATHAYDE F. KRIEGER	PRESIDENTE
2186	2. CARLOS ALBERTO DE LIMA SOUZA	
2187	3. NADIESDA GHIZZO SCHMIDT	
2143	4. JUÇARA HELENA REBELATO	

ANEXO III**Recebimento de Materiais**

MATRÍCULA	NOME DO SERVIDOR	
5130	1. LUIZ ANTÔNIO FABRO	PRESIDENTE
0935	2. RICARDO CASCAES SABINO	
1395	3. JOSÉ CARLOS BRESCIANI	
1429	4. CARLOS HENRIQUE MACHADO	
1228	5. RICARDO VALÉRIO ORIANO	

ANEXO IV**Permanente de Avaliação de Bens Inservíveis**

MATRÍCULA	NOME DO SERVIDOR	
2492	1. JERÔNIMO LOPES	PRESIDENTE
1258	2. JÂNIO MENDONÇA	
2091	3. IZAURO LUIZ PEREIRA	
1500	4. CIRO SILVEIRA	

ANEXO V**Sistema de Controle Interno**

MATRÍCULA	NOME DO SERVIDOR	
4608	1. LONARTE SPERLING VELOSO	PRESIDENTE
0937	2. REINHARD RICHTER	
1092	3. DEJANE LUIZA BORTOLI	
1001	4. NELSON HENRIQUE MOREIRA	
1010	5. FÁBIO MATIAS POLLI	
0843	6. MANOEL RENATO BACK	

ANEXO VI**Avaliação de Desempenho Funcional**

MATRÍCULA	NOME DO SERVIDOR	
4601	1. CARLOS ANTÔNIO BLOSFELD	PRESIDENTE
1290	2. HELOISA MARA LISBOA VIEIRA	
3554	3. CARLA MARIA EVANGELISTA VIEIRA PEDROZO	
1088	4. JUAREZ JOSÉ TORTATO	
1705	5. IVONE DE F. BONOMINI DE LUNA	
1572	6. MARIA LUIZA DA SILVA DALBOSCO	
1458	7. GERSON R. DE BANDEIRA PAMPLONA	

ANEXO VII

Junta Médica

MATRÍCULA	NOME DO SERVIDOR	
1173	1. VICENTE PACHECO OLIVEIRA	PRESIDENTE
0420	2. OSVINO KOCH	
0422	3. LAERCIO BRAZ GHISI	
0926	4. ARISTEU VIEIRA STADLER	
1022	5. WALBIA S. BITENCOURT CORRÊA	
1150	6. FABIO FIGUEIREDO RIBEIRO	
1896	7. MARCO ANTÔNIO B. DA ROCHA	

ANEXO VIII

Acompanhamento das Contas Públicas

MATRÍCULA	NOME DO SERVIDOR	
0938	1. VÂNIO CARDOSO DARELLA	PRESIDENTE
0763	2. CARLOS CASTILHO DE MATTOS	
2083	3. ALTEMIER BEZ	
2213	4. SILVIA RIBAS DE MIRANDA RAMOS	
1879	5. EVANDRO GONÇALVES PEREIRA	

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 176, DE 30/08/2007

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, RESOLVE:

EXCLUIR a servidora SANIA BARRETO PERFEITO, matrícula nº 1598, do Ato da Mesa nº 167, de 15 de agosto de 2007, que a designou para a função de Assessoria Técnica-Patrimônio, código PL/FC-3.

Deputado Julio Garcia - Presidente
Deputado Valmir Comin - Secretário
Deputado Antônio Aguiar - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 177, DE 30/08/2007

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, nos termos do artigo 17 e 31 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006, alterada pela Resolução nº 04, de 31 de janeiro de 2006 e c/c o artigo 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007.

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR a servidora ELIANE REGINA CORRÊA DE MATTOS, matrícula nº 0711, pertencente ao Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa para exercer função de Assistente de Direção, código PL/FC-4, do Grupo de Atividades de Função de Confiança (Diretoria Legislativa).

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 1º de agosto de 2007.

Deputado Julio Garcia - Presidente
Deputado Valmir Comin - Secretário
Deputado Antônio Aguiar - Secretário

*** X X X ***

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

ATA DE COMISSÃO PERMANENTE

ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER REFERENTE À 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA.

Às dez horas e trinta minutos do dia oito do mês de agosto do ano de dois mil e sete, sob a Presidência da Senhora Deputada Ada Faraco De Lucca, presidente desta Comissão, amparado no Art. 128 do Regimento Interno, foram abertos os trabalhos da 7ª reunião ordinária da Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher, na Sala de Reuniões número 1. Foram registradas as presenças dos Senhores Deputados membros: Elizeu Mattos, Serafim Venzon, Odete de Jesus e Justificada a ausência dos Senhores Deputados Kennedy Nunes e Genésio Goulart. Na sequência, a Senhora Presidente colocou em discussão e votação a Ata da Reunião anterior, que foi aprovada por unanimidade. Em ato contínuo a Senhora Presidente, solicitou ao Deputado Serafim Venzon que fizesse a leitura de seu parecer no Projeto de Lei nº 0241.5/2007, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Moradores do Loteamento Champs Elysees II e Imediações de Blumenau, de autoria da Deputada Ana Paula Lima, em discussão, em votação, aprovado parecer por unanimidade. Dando continuidade, a Sra. Presidente solicita que o Deputado Serafim Venzon faça a leitura de seu parecer no Ofício nº 0086.8/2007, que encaminha o Relatório de Atividades da Associação Blumenauense de Amparo aos Menores de Blumenau, referente ao exercício de 2006, feita a leitura, em discussão, em votação, aprovado por unanimidade. Dando sequência a Senhora Presidente, pede que novamente o Deputado Serafim Venzon efetue a leitura de seu parecer no Projeto de Lei nº 0243.7/2007, que Declara de Utilidade Pública a GAIAA - Grupo de Apoio à Infância e Adolescência Abrigada, de Gaspar, de autoria da Deputada Ana Paula Lima, em discussão, em votação, aprovado por unanimidade. Ato contínuo a Senhora Presidente passa a palavra ao Deputado Elizeu Mattos para que o mesmo leia o parecer do Deputado Kennedy Nunes, no Ofício nº 0067.5/2007, que encaminha o Relatório de Atividades da Associação Barrassulense da Terceira Idade, do Município de Balneário Barra do Sul, referente ao exercício de 2006. Colocado em discussão, em votação, aprovado por unanimidade. Dando continuidade a Senhora Presidente solicita que o Deputado Elizeu Mattos faça a leitura do parecer do Deputado Genésio Goulart, no Projeto de Lei nº 0037.3/2007, que dispõe sobre a obrigatoriedade dos fornecedores de produtos e serviços atuantes no Estado de Santa Catarina, disponibilizar ao público exemplar atualizado do Código de Defesa do Consumidor, de autoria do Deputado Nilson Gonçalves. Em discussão, em votação, aprovado por unanimidade. Dando prosseguimento a Senhora Presidente passa a palavra à Deputada Odete de Jesus para ler o seu parecer no Projeto de Lei nº 0187.5/2007, que Declara de Utilidade Pública a Associação Beneficente Mosaico de Florianópolis, de autoria do Deputado Antônio Aguiar. Em discussão, em votação, aprovado por

unanimidade. Ato contínuo a Senhora Presidente convida o Deputado Elizeu Mattos para ler o seu parecer, no Projeto de Lei nº 202.9/2007, que dispõe sobre a inclusão de informações e procedimentos nos boletins de ocorrência de acidentes de trânsito com vítimas, para o recebimento de indenização, prevista em lei, paga pelo seguro obrigatório, de autoria do Deputado Darci de Matos. Dando continuidade aos trabalhos a Senhora Presidente informou que esta Comissão, recebeu os ofícios nº 1057/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, o qual encaminha relato do Encontro Nacional de Comunicação - Na Luta por Democracia e Direitos Humanos - realizado nos dias 21 e 22 de junho de 2007 e a Carta Aberta ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e o Ofício nº 121/2007, da Procuradoria da República em Santa Catarina, o qual encaminha Moção de apoio à Identificação, Reconhecimento, Delimitação, Demarcação e Titulação do Território da Comunidade Remanescente do Quilombo Invernada dos Negros, aprovada pelos membros do Ministério Público Federal, no Encontro Regional da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, realizado de 26 à 28/06/07, em Joaçaba. Neste momento os Deputados Elizeu Mattos e Serafim Venzon, reiteram apoio a presente moção. Antes de encerrar a presente reunião a Senhora Presidente aproveita a oportunidade para informá-los e ao mesmo tempo convidá-los para Audiência Pública, na data de 30 de agosto, cujo tema é a "Constituição do Memorial Catarinense de Direitos Humanos", às 14:00 horas no Auditório Antonieta de Barros. Nada mais havendo a tratar, a senhora Presidente encerrou a presente reunião, da qual eu, Claudiane Borghesan, chefe de secretaria, lavrei a presente ata, que após ser lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo senhor Presidente e, posteriormente, publicada no Diário desta Assembléia. Florianópolis, 08 de agosto de dois mil e sete.

Deputada Ada Faraco De Lucca

Presidente

*** X X X ***

EXTRATOS

EXTRATO Nº 076/2007

REFERENTE: Termo de Rescisão do Contrato CL nº 003/2003-00, celebrado em 19/12/2002.

CONTRATANTE: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina

CONTRATADA: VH Informática Ltda.

OBJETO: RESCINDIR o contrato supramencionado, com efeito a partir de 1º de agosto de 2007, ante a celebração do novo Contrato nº 040/2007-00, oriundo da Autorização para o Processo Licitatório 00053/2007, que originou a Inexigibilidade nº 010/2007.

FUNDAMENTO LEGAL: inciso II do art. 79 da Lei nº 8.666/93 e com base no item cinco da Cláusula Sétima e item cinco da Cláusula Décima Primeira do contrato original.

Florianópolis, 01 de agosto de 2007.

Signatários:

Deputado Júlio Garcia - ALESC

Valdir Antônio Haubert - Sócio-Gerente VH. Informática Ltda

*** X X X ***

EXTRATO Nº 084/2007

REFERENTE: Inexigibilidade de Licitação nº 011/2007, de 30/08/2007.
 CONTRATANTE: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina.
 CONTRATADA: HDSIGN PROJETOS DE MULTIMÍDIA LTDA.
 OBJETO: Contratação da empresa HDesign Projetos de Multimídia Ltda., para que, através do seu sócio proprietário Hans Donner, seja ministrada a palestra voltada para vários assuntos relacionados com a vida profissional do palestrante.
 VALOR: R\$ 37.950,00 (trinta e sete mil novecentos e cinquenta reais).
 PRAZO: 26 de setembro de 2007
 FUNDAMENTO LEGAL: art. 25, II da Lei 8.666/93
 Florianópolis, 30 de agosto de 2007.
 Deputado Júlio Garcia - Presidente da ALESC

*** X X X ***

EXTRATO Nº 085/2007

REFERENTE: Contrato CL nº 041/2007, celebrado em 30/08/2007.
 CONTRATANTE: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
 CONTRATADA: HDSIGN PROJETOS DE MULTIMÍDIA
 OBJETO: contratação da Hdsign Projetos de Multimídia Ltda., com vistas ao atendimento ao Projeto "O Brasil em Debate na Assembléia Legislativa", onde Hans Donner apresentará a palestra Raízes, descoberta do Brasil, desafios e superações; Rede Globo: A construção da marca mais valiosa do mundo (talento, criatividade e equipe); O Reconhecimento do Brasil lá fora e a Brasilidade: (auto estimativa, os valores que cada um é capaz de agregar e visão global); Timedimension: A Associação com a maior empresa do planeta, a Microsoft/Windows ("inovação", "persistência" e "sonhar é possível").
 VALOR GLOBAL: R\$ 37.950,00 (trinta e sete mil novecentos e cinquenta reais)
 REAJUSTAMENTO: O preço é fixo e irajustável.
 PRAZO: A data para a apresentação da palestra será a de 26/09/2007, a partir das 19:00 horas, com duração aproximadamente de 1:30 (uma hora e trinta minutos) de exposição, acrescida de outros 30 (trinta) minutos para questionamentos do público.
 ITEM ORÇAMENTÁRIO: As despesas do presente contrato correrão à conta da Ação 8788 (Manutenção e Serviços Administrativos Gerais) e do Item Orçamentário 33.90.39.22 (Exposições, Congressos e Conferências), da ALESC.
 FUNDAMENTO LEGAL: Art. 25, II da Lei 8.666/93 e suas alterações; Autorização para Processo Licitatório nº 0302/2007; Inexigibilidade de Licitação nº 011/2007; Autorização Administrativa.
 Florianópolis, 30 de agosto de 2007.
 Deputado Júlio Garcia - Presidente ALESC
 Aldo Wandersman - Procurador

*** X X X ***

EXTRATO Nº 086/2007

REFERENTE: Convênio CL nº 003/2007, de 06/07/2007.
 1º CONVENIENTE: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina.
 2º CONVENIENTE: Fundação Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI
 OBJETO: O presente Convênio tem por objeto a possibilidade de qualificação, em nível de Mestrado, de integrantes da ALESC - Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, através da reserva e preenchimento de vaga no Curso de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Gestão de Políticas Públicas da UNIVALI, nos termos do presente Convênio.
 FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores; Autorização Administrativa.
 PRAZO: Este Convênio tem validade pelo prazo de 5 (Cinco) anos, a contar da data de sua assinatura, podendo ser renovado ou rescindido por iniciativa de qualquer das Partes mediante comunicação escrita à outra, com antecedência de noventa (90) dias.
 Florianópolis, 06 de julho de 2007.
 Deputado Júlio Garcia - Presidente da ALESC
 Prof. Dr. José Roberto Provesi - Reitor/Univali

*** X X X ***

OFÍCIO**OFÍCIO Nº 105/07****TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA
GABINETE DA PRESIDÊNCIA**

Florianópolis, 29 de agosto de 2007

Exmo. Sr.
 Deputado Júlio César Garcia
 DD. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
 Nesta

Senhor Presidente,
 Cumprimentando-o cordialmente, encaminho a Vossa Excelência, em conformidade com o disposto no artigo 59, § 4º da Constituição Estadual, artigo 112, parágrafo único da Lei Complementar nº 202/2000 e artigo 296 da Resolução N-TC 06/2201, Relatório das Atividades do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina do segundo trimestre de 2007, compreendendo uma resenha do papel de ente fiscalizador, bem como de centro de competência estatal, abrangendo o relatório da sua auditoria interna, rol de diárias e cópia dos processos licitatórios referentes ao período de abrangência.

Os procedimentos descritos nos documentos em anexo tendem a demonstrar a política deste Tribunal de disponibilizar, com transparência e solicitude, todas as informações necessárias, de modo a fazer cumprir o que determina a Constituição Estadual.

Colocamo-nos à disposição de Vossa Excelência e das Comissões Legais da nobre Corte Legislativa do Estado para quaisquer outros esclarecimentos que se mostrarem necessários.

Fraternalmente, subscrevo,
 Conselheiro JOSÉ CARLOS PACHECO
 Presidente

Lido no Expediente
 Sessão de 30/08/07

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI**PROJETO DE LEI Nº 393/07**

Declara de utilidade pública a União dos Grupos da Terceira Idade do município de Biguaçu.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a União dos Grupos da Terceira Idade do município de Biguaçu, com sede e foro no Município e Comarca de Biguaçu-SC.

Art. 2º A entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala de Sessões,
 Deputado Cesar Souza Junior

JUSTIFICATIVA

Submetemos a doura consideração de Vossas Excelências Projeto de Lei que visa Declarar de Utilidade Pública a União dos Grupos da Terceira Idade do Município de Biguaçu, com sede no município de Biguaçu.

Diante da relevância dos propósitos a que se destina a referida entidade, conforme termos instituídos em seu estatuto e para que a mesma possa usufruir dos direitos e vantagens da legislação vigente, solicito o acolhimento da presente proposição pelos respectivos pares.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 395/07

Obriga que os hotéis, albergues, pousadas, hospedarias, motéis e outros meios de hospedagem do Estado de Santa Catarina determinem o preenchimento de ficha de controle, visando impedir a frequência de menores de 18 (dezoito) anos de idade e estabelece outras providências

Art. 1º Os hotéis, albergues, pousadas, hospedarias, motéis e outros meios de hospedagem do Estado de Santa Catarina ficam obrigados a determinar que os clientes preencham as seguintes fichas, visando impedir a frequência de menores de 18 (dezoito) anos de idade:

- a) FNRH - Ficha Nacional de Registro de Hóspedes; e
- b) BOH - Boletim de Ocupação Hoteleira.

Art. 2º Os hotéis, albergues, pousadas, hospedarias, motéis e outros meios de hospedagem do Estado de Santa Catarina deverão fornecer até o dia 10 (dez) do mês seguinte ao de referência, ao Conselho Estadual de Turismo, as seguintes informações:

I - perfil dos hóspedes recebidos, distinguindo os estrangeiros dos nacionais;

II - registro quantitativo de hóspedes, com taxas de ocupação e permanência médias e número de hóspedes por unidade habitacional (UH).

Art. 3º Para fins do artigo anterior, os meios de hospedagem utilizarão obrigatoriamente, as informações constantes dos impressos da Ficha Nacional de Registros de Hóspedes - FNRH e o Boletim de Ocupação Hoteleira - BOH, aprovados pela EMBRATUR - Instituto Brasileiro de Turismo.

Parágrafo único. As informações relativas a cada hóspede (individual), constantes da FNRH, serão mantidas pelo período de 6 (seis) meses, pela administração dos hotéis, albergues, pousadas, hospedarias, motéis e outros meios de hospedagem e a cópia encaminhada ao Conselho Estadual de Turismo.

Art. 4º Ficam os estabelecimentos a que se refere o artigo 1º, obrigados a distribuírem aos seus usuários, panfletos e boletins de orientação, quanto aos cuidados para evitar o contágio de doenças sexualmente transmissíveis (DST), como a AIDS (HIV), entre outros.

Art. 5º Os estabelecimentos a que se refere o artigo 1º, através dos seus administradores ou equivalente deverão observar o que dispõe a Lei nº 6.505, de 13 de dezembro de 1977, a Lei nº 8.118, de 28 de março de 1991 e suas alterações, bem como as Deliberações Normativas do Instituto Brasileiro de Turismo - EMBRATUR.

Art. 6º O descumprimento da presente Lei, importará em multa no valor de 10.000 (dez mil) UFIR's, aplicando-se em dobro, em caso de reincidência.

Art. 7º As multas não recolhidas no período de 30 (trinta) dias, a contar do auto de infração (AI), serão exigidas através de execução, promovida pela Procuradoria Geral do Estado.

Art. 8º As multas fixadas e aplicadas na presente lei, serão divididas em:

a) 50% (cinquenta por cento) destinado ao Fundo do Direito da Criança e do Adolescente do respectivo município; e

b) 50% (cinquenta por cento) destinado ao Fundo Estadual de Incentivo ao Turismo - FUNTURISMO.

Art. 9º A Secretaria de Estado Turismo, Cultura e Esporte, cabe a fiscalização, bem como a aplicação da multa.

Art. 10 Esta Lei entra em vigor no dia 1º de janeiro de 2008.

Art. 11 Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões,

Deputada Odete de Jesus

Partido Republicano Brasileiro - PRB/SC

Lido no Expediente

Sessão de 30/08/07

JUSTIFICATIVA

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

A matéria em apreço visa fazer com que os hotéis, albergues, pousadas, hospedarias, motéis e outros meios de hospedagem do Estado de Santa Catarina determinem que os clientes preencham a Ficha Nacional de Registro de Hóspedes e o Boletim de Ocupação Hoteleira, visando impedir a frequência de menores de 18 (dezoito) anos de idade.

Pretendemos também colaborar com a orientação para prevenção das doenças sexualmente transmissíveis e a AIDS, além de combater qualquer forma de agressão ou discriminação contra crianças e adolescentes.

O Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990) em seu artigo 250 estabeleceu que hospedar criança ou adolescente, desacompanhado dos pais ou responsável ou sem autorização escrita destes, ou da autoridade judiciária, em hotel, pensão, motel ou congêneres pode ocasionar uma multa de dez a cinquenta salários de referência; em caso de reincidência, a autoridade judiciária poderá determinar o fechamento do estabelecimento por até quinze dias.

Não pretendemos aqui legislar sobre assuntos que possam violar a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, queremos sim orientar os frequentadores,

As leis federais 6.505, de 13 de dezembro de 1977 e a 8.118, de 28 de março de 1991, que dispõe sobre as atividades e serviços turísticos, estabelece condições para o seu funcionamento e fiscalização e ainda deu nova denominação à Empresa Brasileira de Turismo (Embratur).

Não só no Estado de Santa Catarina, mas em todo país deparamo-nos ainda com muitos problemas decorrentes de desigualdades e casos de violência que mostram a marca cultural de nossa sociedade.

Os hotéis, albergues, pousadas, hospedarias, motéis e outros meios de hospedagem podem colaborar com a prevenção das doenças e todo e qualquer tipo de discriminação e violência contra as crianças e os adolescentes.

Pelo acima exposto, considerando a relevância da matéria e o interesse público, é que contamos com o apoio dos nobres pares. Assim, submeto à elevada consideração e apreciação de Vossas Excelências, esperando ao final o acolhimento e a aprovação da matéria.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 396/07

Acrescenta § 3º, ao art. 11, da Lei nº 5.684, de 9 de maio de 1980, que dispõe sobre o serviço público de transporte rodoviário intermunicipal de passageiros e dá outras providências.

Art. 1º Fica acrescentado § 3º, ao art. 11, da Lei nº 5.684, de 9 de maio de 1980, que dispõe sobre o serviço público de transporte rodoviário intermunicipal de passageiros e dá outras providências, passa a vigorar com a seguinte redação:

§ 3º Fica assegurada a gratuidade do transporte rodoviário intermunicipal aos policiais militares e aos bombeiros militares, que não poderão exceder a cinco por veículo, devendo apresentar-se fardado, exibindo ao motorista ou funcionário designado pela empresa a respectiva identidade funcional.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões,

Deputada Odete de Jesus

Partido Republicano Brasileiro - PRB/SC

Lido no Expediente

Sessão de 30/08/07

JUSTIFICATIVA

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

O projeto de lei ora apresentado pretende acrescentar § 3º, ao art. 11, da Lei nº 5.684, de 9 de maio de 1980, que dispõe sobre o serviço público de transporte rodoviário intermunicipal de passageiros e dá outras providências.

Nossa intenção com o acréscimo de parágrafo ao artigo 11 da Lei nº 5.684 de 9 de maio de 1980, é a disposição social em colaborar com essa classe que é tão mal remunerada e que em sua maioria mora distante do local de trabalho, que por sua vez em muitas situações dependem da boa vontade e do espírito social de motoristas nas rodovias que lhe garante carona para seu deslocamento diário.

Neste sentido não se pretende aqui trazer qualquer ônus para o Estado de Santa Catarina, pelo contrário, é a grande possibilidade de ajudar esses incansáveis policiais e ao mesmo tempo oportunizar à sociedade, quando do deslocamento diário, mais uma forma de proporcionar segurança para os passageiros dos transportes coletivos.

Ademais, não há que se falar em quebra do princípio constitucional da igualdade ou da isonomia, pois nossa Carta Magna Estadual em seu artigo 8º, inciso VIII, alínea "a", taxativamente estabelece que cabe ao Estado exercer, em seu território, todas as competências que não lhe sejam vedadas pela Constituição Federal, especialmente, explorar, diretamente ou mediante concessão ou permissão os serviços de transporte rodoviário intermunicipal de passageiros.

Pelo acima exposto, considerando a relevância e a possibilidade de abrangência da matéria, contamos com o apoio dos nobres pares.

Assim, submeto à elevada consideração e apreciação de Vossas Excelências, esperando ao final o acolhimento e a aprovação da matéria.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 397/07

Acrescenta inciso X, ao art. 7º, da Lei nº 10.297, de 26 de dezembro de 1996, que dispõe sobre o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS e adota outras providências

Art. 1º Fica acrescentado inciso X, ao art. 7º, da Lei nº 10.297, de 26 de dezembro de 1996, que dispõe sobre o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS e adota outras providências, passa a vigorar com a seguinte redação:

X - as contas de serviços públicos estaduais de Igrejas e Templos de qualquer culto.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões,

Deputada Odete de Jesus

Partido Republicano Brasileiro - PRB/SC

Lido no Expediente

Sessão de 30/08/07

JUSTIFICATIVA

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

O projeto de lei ora apresentado pretende acrescentar inciso X, ao art. 7º, da Lei nº 10.297, de 26 de dezembro de 1996, que dispõe sobre o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS e adota outras providências.

Nada mais justo que o Estado de Santa Catarina em conformidade com a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 150, inciso VI, alínea "b", taxativamente sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte veda aos Estados instituir impostos sobre templos de qualquer natureza.

A não incidência do ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços é também de certa forma um incentivo a essas entidades.

Pelo acima exposto, considerando a relevância e a possibilidade de abrangência da matéria, contamos com o apoio dos nobres pares.

Assim, submeto à elevada consideração e apreciação de Vossas Excelências, esperando ao final o acolhimento e a aprovação da matéria.

*** X X X ***

REDAÇÕES FINAIS**EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº PL/0102.6/2007**

Os arts. 3º, 4º e 5º, do Projeto de Lei nº PL/0102.6/2007, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias da Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão, suplementadas se necessário.

Art. 4º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de noventa dias corridos da publicação.

Sala da Comissão, em
Deputado Cesar Souza Júnior

APROVADO EM 1º TURNO

Em Sessão de 29/08/07

APROVADO EM 2º TURNO

Em Sessão de 29/08/07

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 102/07

Dispõe sobre a fixação de cartazes nos veículos de transporte coletivo, nas estações rodoviárias, nos aeroportos e outros recintos, dos nomes e fotos das crianças desaparecidas.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica determinado a fixação de cartazes nos veículos de transporte coletivo, nas estações rodoviárias, nos aeroportos e outros recintos de grande concentração ou circulação de pessoas, os nomes e as fotografias das crianças desaparecidas, segundo disposições das autoridades estaduais ou municipais.

Parágrafo único. Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até 14 (quatorze) anos incompletos na data do desaparecimento.

Art. 2º Caberá à Secretaria de Estado de Segurança Pública, através das Delegacias, em parcerias com órgãos governamentais e não-governamentais, a criação de mecanismos para publicação de fotos com identificação das crianças desaparecidas, bem como a distribuição e colagem dos cartazes nos locais indicados.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei, correrão à conta de dotações orçamentárias próprias da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa do Cidadão, suplementadas se necessário.

Art. 4º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de 90 (noventa) dias corridos da publicação.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 30 de agosto de 2007

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 111/07

Institui a Semana da Segurança do Motociclista no Estado de Santa Catarina.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica instituída a Semana da Segurança do Motociclista no Estado de Santa Catarina.

Art. 2º O objetivo da Semana é realizar eventos que conscientizem a população sobre o uso de motocicletas, proporcionando gradativa redução de acidentes nessa modalidade de transporte, dentre eles:

- I - campanha educativa para redução do número de acidentes;
- II - campanha educativa voltada para a pilotagem responsável;
- III - campanha educativa contra o uso de álcool;
- IV - fiscalização intensiva do uso de equipamentos de segurança;

e

V - passeio de motociclistas pela segurança.

Parágrafo único. As atividades de que trata esta Lei, dar-se-ão, anualmente, na última semana do mês de julho, e serão coordenadas pelo Poder Executivo, por intermédio da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa do Cidadão

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 30 de agosto de 2007

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 120/07

Declara de utilidade pública a Associação Brasileira de Engenheiros de Aquicultura - ABEQUI, com sede no Município de Florianópolis.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Brasileira de Engenheiros de Aquicultura - ABEQUI, com sede no Município de Florianópolis, e foro na Comarca da Capital.

Art. 2º A entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 30 de agosto de 2007

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 174/07

Declara de utilidade pública a Fundação Fritz Muller, de Blumenau.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Fundação Fritz Muller, com sede e foro na Cidade e Comarca de Blumenau.

Art. 2º A entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 30 de agosto de 2007

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 177/07

Declara de utilidade pública o JEEP CLUBE ITAJAÍ, no Município de Itajaí.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o JEEP CLUBE ITAJAÍ, com sede no Município de Itajaí.

Art. 2º A entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 30 de agosto de 2007

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 235/07

Declara de utilidade pública a Associação de Pais e Voluntários dos Atletas Especiais de Brusque, no Município de Brusque.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Pais e Voluntários dos Atletas Especiais de Brusque - APVAEB, com sede no Município de Brusque.

Art. 2º A entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 30 de agosto de 2007

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 294/07

Autoriza a cessão de uso de imóvel no Município de Canoinhas.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a ceder ao Município de Canoinhas, pelo prazo de cinco anos, o uso gratuito de quatro salas de aula, dois banheiros e uma cozinha, parte do imóvel onde se encontra instalada a Escola Estadual Básica Santa Cruz, matriculado sob o nº 38.929 no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Canoinhas e cadastrado sob o nº 03317 na Secretaria de Estado da Administração.

Parágrafo único. A autorização prevista nesta Lei não afasta a obrigatoriedade dos procedimentos exigidos pela Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores.

Art. 2º A presente cessão de uso tem por objetivo fornecer espaço físico destinado à instalação de um pólo de ensino, que proporcionará cursos de graduação na modalidade de educação à distância da Universidade Federal de Santa Catarina.

Art. 3º Findas as razões que justificam a presente cessão de uso, bem como vindo o Estado a necessitar do imóvel para uso próprio, o mesmo reverterá ao seu domínio.

Art. 4º Ocorrendo a reversão antecipada ou ao término do prazo da cessão de uso, o imóvel e suas benfeitorias passam ao domínio do Estado, sem direito de indenização ao cessionário, face à gratuidade da cessão.

Art. 5º Serão de responsabilidade do cessionário os custos, obras e riscos inerentes aos investimentos necessários à execução dos objetivos desta Lei, inclusive os de conservação, segurança, impostos e taxas incidentes, bem como quaisquer outras despesas decorrentes da cessão de uso.

Art. 6º O cessionário, sob pena de imediata reversão e independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, não poderá:

- I - transferir, parcial ou totalmente, direitos adquiridos com esta cessão de uso;
- II - oferecer o imóvel como garantia de obrigação; e
- III - desviar a finalidade ou executar atividades contrárias ao interesse público.

Art. 7º Enquanto durar a cessão, o cessionário defenderá o imóvel contra esbulhos, invasões e outros usos desautorizados pelo cedente, sob pena de indenização dos danos, sem prejuízo do estabelecido no art. 103 da Constituição do Estado.

Art. 8º Será firmado contrato subsidiário a esta Lei disciplinando e detalhando os direitos e obrigações do cedente e do cessionário.

Art. 9º O Estado será representado no ato da cessão de uso pelo titular da Secretaria de Estado da Administração ou por quem for legalmente constituído.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 30 de agosto de 2007

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 300/07

Autoriza a concessão de uso de imóvel no Município de Florianópolis.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder à Associação dos Ex-combatentes do Brasil, pelo prazo de cinco anos, o uso gratuito de parte do imóvel correspondente a área construída de cento e setenta e dois metros e noventa e cinco decímetros quadrados, matriculado sob o nº 9.151 no Cartório do 1º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca da Capital e cadastrado sob o nº 00255 na Secretaria de Estado da Administração.

Parágrafo único. A autorização prevista nesta Lei não afasta a obrigatoriedade dos procedimentos exigidos pela Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores.

Art. 2º A presente concessão de uso visa regularizar a ocupação do imóvel pela Associação dos Ex-combatentes do Brasil, permitindo desta forma a continuidade do trabalho social por ela desenvolvido, de extrema importância para a classe atendida pela Associação.

Art. 3º Findas as razões que justificam a presente concessão de uso, bem como vindo o Estado a necessitar do imóvel para uso próprio, o mesmo reverterá ao seu domínio.

Art. 4º Ocorrendo a reversão antecipada ou ao término do prazo da concessão de uso, o imóvel e suas benfeitorias passam ao domínio do Estado, sem direito de indenização à concessionária, face à gratuidade da concessão.

Art. 5º Serão de responsabilidade da concessionária os custos, obras e riscos inerentes aos investimentos necessários à execução dos objetivos desta Lei, inclusive os de conservação, segurança, impostos e taxas incidentes, bem como quaisquer outras despesas decorrentes da concessão de uso.

Art. 6º A concessionária, sob pena de imediata reversão e independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, não poderá:

I - transferir, parcial ou totalmente, direitos adquiridos com esta concessão de uso;

II - oferecer o imóvel como garantia de obrigação; e

III - desviar a finalidade ou executar atividades contrárias ao interesse público.

Art. 7º Enquanto durar a concessão de uso, a concessionária defenderá o imóvel contra esbulhos, invasões e outros usos desautorizados pelo concedente, sob pena de indenização dos danos, sem prejuízo do estabelecido no art. 103 da Constituição do Estado.

Art. 8º Será firmado contrato subsidiário a esta Lei disciplinando e detalhando os direitos e obrigações do concedente e da concessionária.

Art. 9º O Estado será representado no ato da concessão de uso pelo titular da Secretaria de Estado da Administração ou por quem for legalmente constituído.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 30 de agosto de 2007

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 303/07

Autoriza a concessão de uso de imóvel no Município de Florianópolis.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder à Sociedade Divina Providência, pelo prazo de cinco anos, o uso gratuito de uma área com três mil e quinhentos metros quadrados, com benfeitorias com área de trezentos e vinte e cinco metros e vinte decímetros quadrados, matriculado sob o nº 22.867 no Cartório do 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca da Capital e cadastrado sob o nº 01393 na Secretaria de Estado da Administração.

Parágrafo único. A autorização prevista nesta Lei não afasta a obrigatoriedade dos procedimentos exigidos pela Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores.

Art. 2º A presente concessão de uso tem por objetivo regularizar a atual ocupação do imóvel pela Sociedade Divina Providência, mantenedora do Centro Social e Educativo Nossa Senhora do Monte Serrat.

Art. 3º Findas as razões que justificam a presente concessão de uso, bem como vindo o Estado a necessitar do imóvel para uso próprio, o mesmo reverterá ao seu domínio.

Art. 4º Ocorrendo a reversão antecipada ou ao término do prazo da concessão de uso, o imóvel e suas benfeitorias passam ao domínio do Estado, sem direito de indenização à concessionária, face à gratuidade da concessão.

Art. 5º Serão de responsabilidade da concessionária os custos, obras e riscos inerentes aos investimentos necessários à execução dos objetivos desta Lei, inclusive os de conservação, segurança, impostos e taxas incidentes, bem como quaisquer outras despesas decorrentes da concessão de uso.

Art. 6º A concessionária, sob pena de imediata reversão e independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, não poderá:

I - transferir, parcial ou totalmente, direitos adquiridos com esta concessão de uso;

II - oferecer o imóvel como garantia de obrigação; e

III - desviar a finalidade ou executar atividades contrárias ao interesse público.

Art. 7º Enquanto durar a concessão de uso, a concessionária defenderá o imóvel contra esbulhos, invasões e outros usos desautorizados pelo concedente, sob pena de indenização dos danos, sem prejuízo do estabelecido no art. 103 da Constituição do Estado.

Art. 8º Será firmado contrato subsidiário a esta Lei disciplinando e detalhando os direitos e obrigações do concedente e da concessionária.

Art. 9º O Estado será representado no ato da concessão de uso pelo titular da Secretaria de Estado da Administração ou por quem for legalmente constituído.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 30 de agosto de 2007

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

EMENDA MODIFICATIVA AO PL/0318.9/2007

O art. 1º do Projeto de Lei nº PL/0318.9/2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

" Art. 1º. Fica declarado de utilidade pública o Grêmio Recreativo Social e Cultural Torcida Organizada Gaviões Alvinegros "TOGA", com sede no Município de Florianópolis."

Sala da Comissão, em
Deputado Romildo Titon
Relator

APROVADO EM TURNO ÚNICO

Em Sessão de 29/08/07

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 318/07

Declara de utilidade pública o Grêmio Recreativo Social e Cultural Torcida Organizada Gaviões Alvinegros "TOGA", no Município de Florianópolis.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Grêmio Recreativo Social e Cultural Torcida Organizada Gaviões Alvinegros "TOGA", com sede no Município de Florianópolis.

Art. 2º A entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 30 de agosto de 2007

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 343/07

Denomina Pedro Provin o Ginásio de Esportes da EEB Princesa Isabel no Município de Irati.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica denominado Pedro Provin o Ginásio de Esportes da EEB Princesa Isabel, localizado na Linha Sete de Setembro, no Município de Irati.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 30 de agosto de 2007

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 356/07

Declara de utilidade pública a Associação dos Aposentados e Pensionistas de Fraiburgo, no Município de Fraiburgo.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Aposentados e Pensionistas de Fraiburgo, com sede no Município de Fraiburgo.

Art. 2º A entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 30 de agosto de 2007

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***